

Estudo das Pensões Não Contributivas e da Pobreza (EPNCP)

Relatório de Pesquisa Sul-africana

Valerie Møller

Institute of Social and Economic Research
Universidade de Rhodes

Monica Ferreira

Institute of Ageing in Africa
Universidade da Cidade do Cabo

Grahamstown e Cidade do Cabo
Julho de 2003

Agradecimentos

O Estudo das Pensões Não Contributivas e da Pobreza (EPNCP) é um trabalho de investigação feito em colaboração, por mais de um país, sobre o impacto da renda advinda da pensão paga pelo estado aos idosos em domicílios pobres no Brasil e na África do Sul.

Os principais investigadores no estudo são Armando Barrientos (Institute for Development Policy and Management, Universidade de Manchester, RU) e Peter Lloyd-Sherlock (School of Development Studies, Universidade de East Anglia, RU). A assistente de pesquisa do projeto é Helena Legido-Quigley (Institute for Development Policy and Management, Universidade de Manchester).

Os parceiros brasileiros são João Saboia e Maria Lucia Teixeira Werneck Viana (Instituto de Economia, Universidade Federal de Rio de Janeiro). Os parceiros sul-africanos são Monica Ferreira (Institute of Ageing in Africa, Universidade da Cidade do Cabo) e Valerie Møller (Institute of Social and Economic Research, Universidade Rhodes).

A HelpAge International, organização parceira, está representada no estudo por Amanda Heslop e Mark Gorman (RU).

Agradecemos a contribuição de todos os parceiros ao estudo e ao seu resultado final.

O estudo é financiado por um donativo do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DifD), Pesquisa Econômica e Social (ESCOR) (donativo número R7897).

Este relatório se atém somente à pesquisa EPNCP conduzida na África do Sul. As opiniões expressas no relatório são as das autoras e não representam a visão dos outros parceiros ou dos financiadores.

As autoras desejam agradecer a

- Lizette Meyer no DRA (Development Research Africa), sediado anteriormente em Port Elizabeth e agora em Gauteng, pelo eficiente trabalho de coleta e levantamento dos dados;
- Richard Devey no Centre for Social Development Studies da Universidade de Natal pela análise dos dados;
- Debi Brody na Graphic Services Unit da Universidade Rhodes pela produção dos mapas;
- Monique Louw no Institute of Ageing in Africa da Universidade da Cidade do Cabo pela finalização técnica do relatório; e
- os entrevistados nos 1.111 domicílios por fornecerem informações sobre suas condições de vida.

Valerie Møller
Monica Ferreira

Julho de 2003

Índice

	Pág.	
1	Introdução	1
1.1	A rede de segurança previdenciária	1
1.2	Locais da pesquisa	2
2	Método	3
2.1	Amostragem	3
2.2	Trabalho de campo	4
2.3	O instrumento	6
3	Descobertas	7
3.1	Perfil domiciliar	7
3.2	Composição domiciliar	8
3.2.1	Perfil dos entrevistados	8
3.2.2	Perfil dos pensionistas	9
3.2.3	Moradores ausentes dos domicílios	9
3.2.4	Estado civil e níveis de escolaridade	9
3.3	Atividade econômica domiciliar	10
3.4	Renda e patrimônio domiciliar	11
3.4.1	Fontes de renda	11
3.4.2	Importância das fontes de renda	11
3.4.3	Fontes adicionais de renda	12
3.4.4	Níveis de renda	13
3.4.5	Importância relativa da pensão paga pelo estado aos idosos como fonte de renda domiciliar	13
3.4.6	A dinâmica da renda	14
3.4.7	Patrimônio domiciliar	15
3.5	Gastos domiciliares	15
3.5.1	Choques financeiros	15
3.5.2	Gastos regulares	16
3.5.3	Perfil dos gastos domiciliares	17
3.5.4	Níveis de gastos	17
3.5.5	Crédito	18
3.5.6	Dívidas domiciliares	19

Pág.

3.6	Saúde e cuidados	20
3.6.1	Doenças em casa	20
3.6.2	Responsabilidade com cuidados domiciliares	21
3.6.3	Óbitos no domicílio	22
3.7	Percepção da qualidade de vida	23
3.8	Perfil dos moradores com 55 anos de idade ou mais	24
3.8.1	Acesso à pensão para idosos	24
3.8.2	Acesso à pensão por invalidez	24
3.8.3	Acesso à pensão dos veteranos	25
3.9	Perfil dos pensionistas idosos	25
3.9.1	Dificuldades vivenciadas com o pagamento das pensões	25
3.9.2	Status ocupacional e pensões do empregador	26
3.9.3	Repasses entre domicílios	26
3.9.4	Partilha da pensão dentro dos domicílios	26
3.9.5	Pensões para capitalizar pequenas empresas	27
3.9.6	Pensionistas vítimas de agiotas	27
3.9.7	Saúde	27
3.9.8	Integração social	27
3.9.9	Percepções da segurança física	27
3.9.10	Perda de oportunidades para o desenvolvimento pessoal	27
3.9.11	Participação cívica	28
3.9.12	Qualidade pessoal de vida	28
3.9.13	As coisas boas da vida	28
4	Discussão	29
4.1	Principais resultados	29
4.2	Dimensões e implicações da pobreza	32
5	Conclusões	34
	Referências	36
	Apêndice 1	38

<i>Tabelas</i>		<i>Pág.</i>
Tabela 3.1:	Escalonamento da importância das diferentes fontes de renda domiciliar	12
Tabela 3.2:	Renda domiciliar, por fonte e sub-amostra	13
Tabela 3.3:	Valor relativo da pensão para idosos, por três sub-amostras	14
Tabela 3.4:	Renda média mensal de cada domicílio comparada com a média das despesas imprevistas, e razão entre renda e despesa imprevista, por cada sub-amostra	16
Tabela 3.5:	Peso relativo dos diferentes gastos sobre os orçamentos domiciliares, por sub-amostra (percentual de gastos domiciliares)	18
Tabela 3.6:	Estimativas de renda real e gastos reais nos domicílios, por sub-amostra	19

Apêndice 1

Tabela A:	Perfil domiciliar	39
Tabela B1:	Composição domiciliar	41
Tabela B2:	Comparação de perfil dos entrevistados, pessoas com 55 anos ou mais e beneficiários da pensão para idosos paga pelo estado	43
Tabela B3:	Composição domiciliar	47
Tabela C:	Atividade econômica domiciliar (pessoas com 16 anos ou mais)	48
Tabela D:	Renda e patrimônio domiciliar	50
Tabela E:	Gastos domiciliares	54
Tabela F:	Saúde e atendimento	62
Tabela G:	Qualidade de vida	70
Tabela AA:	Perfil dos moradores de domicílio com 55 anos ou mais	72
Tabela AB:	Perfil dos beneficiários da pensão para idosos	74

Mapas

Pág.

Mapa 1:	África do Sul, mostrando as localidades urbanas pesquisadas na Província Ocidental do Cabo e as localidades rurais na Província Oriental do Cabo	3
Mapa 2:	Áreas urbanas da pesquisa, na Província Ocidental do Cabo, conforme as Regiões Administrativas e as Áreas de Recenseamento, para sub-amostras de população Negra Urbana (NU) e Parda Urbana (PU)	5
Mapa 3:	Áreas rurais da pesquisa, na Província Oriental do Cabo, segundo as Regiões Administrativas e as Áreas de Recenseamento, para sub-amostra de população Negra Rural (NR)	6

1 Introdução

A pobreza continua sendo um problema sério nos países em desenvolvimento apesar da melhora generalizada nos padrões de vida pelo mundo afora durante as últimas décadas. A população mais idosa costuma ser a maior vítima. Pesquisas e debates sobre maneiras de reduzir e evitar a pobreza entre os idosos têm se concentrado primordialmente nos programas de previdência por contribuição. Entretanto, em muitos países em desenvolvimento são poucos os idosos que têm acesso a um esquema previdenciário por contribuição. Portanto, este estudo examina o papel dos programas previdenciários não-contributivos na redução da pobreza nos países em desenvolvimento, assunto escasso na literatura pertinente.

Dois estudos de caso cumprem este propósito. Pouquíssimos países em desenvolvimento têm sistemas previdenciários não-contributivos bem elaborados e sustentáveis. A África do Sul é um dos poucos no continente (Maurício e Namíbia), a bem da verdade no mundo, que têm um sistema bem estabelecido. Lá, mediante comprovação de renda, pobres de todas as origens sociais têm acesso a uma previdência não-contributiva há mais de meio século. O estudo aqui relatado foi conduzido em conjunto com outro comparativo no Brasil, que também tem um programa previdenciário não-contributivo. O Brasil e a África do Sul são países de renda média com grande diversidade étnica e uma população pobre bastante numerosa.

O estudo sul-africano examina as condições gerais de vida bem como as situações financeira e sanitária de mais de 1.000 domicílios, considerados aqueles onde reside pelo menos uma pessoa com 55 anos de idade ou mais. Muitos dos domicílios visados deveriam abrigar um pensionista idoso recebendo o benefício estatal não-contributivo concedido aos sul-africanos. O estudo pretende fornecer um suporte informativo sobre como a pensão aumenta a renda domiciliar e diminui a pobreza, aumentando assim a participação no processo de desenvolvimento. Além de esclarecer o proveito material que a renda do pensionista traz para os domicílios pobres, o estudo pretende destacar as maneiras como o benefício propicia aos idosos uma vida mais digna e significativa dentro de seus lares.

1.1 *A rede de segurança previdenciária*

Na África do Sul, bem como em diversos países em desenvolvimento, os domicílios onde há idosos encontram-se entre os mais desprivilegiados (Ministério do Gabinete da Presidência, 1995). A previdência social para idosos foi paga pela primeira vez a cidadãos brancos pobres em 1928. Mais tarde, o benefício foi estendido a cidadãos indianos, mestiços e negros, ainda que em proporções diferentes segundo gradações do apartheid (Sagner, 1998; 2000). Na década de 1980, a diferença das quantias pagas a cada categoria de pensionistas foi sendo paulatinamente reduzida. Atingiu-se a paridade no valor do benefício previdenciário às vésperas das primeiras eleições democráticas em 1993. À época, os beneficiários negros recebiam valores que equivaliam aproximadamente ao salário de um empregado doméstico. Paga-se a pensão a mulheres com 60 anos de idade ou mais e a homens com 65 anos de idade ou mais. A taxa de captação do benefício é bastante alta: cerca de quatro idosos dentre cada grupo de cinco (Van den Berg, 1998a,b). Embora seja pago a indivíduos, o benefício contribui para a renda domiciliar pois é comum partilhar pensões no seio da população negra de baixa renda (Møller & Sotshongaye, 1996). O relatório de 2002 do Comitê de Inquérito para um Sistema Abrangente de Previdência Social para a África do Sul, o chamado relatório Taylor, indica que a pensão do idoso é o elemento de maior repasse da previdência social atualmente no país. O documento assinala que, para as pessoas que o recebem, o benefício desempenha "um papel fundamental de atenuação da pobreza em todo o domicílio" (Departamento de Desenvolvimento Social, 2002: 30). Nas áreas rurais da África do Sul, um estudo sobre a pobreza conduzido em 1993 descobriu que o benefício previdenciário dos idosos e as remessas de salários auferidos nos centros urbanos representam substanciais fontes de renda domiciliar (Saldru, 1994). Evidências mais recentes vêm a corroborar o significado das pensões para equilibrar a renda entre os núcleos domiciliares jovens e os idosos no seio da população de baixa renda (Devey & Møller, 2002; Møller & Devey,

2003). Vários estudos sul-africanos indicam que a pensão eleva os núcleos domiciliares de baixa renda acima dos patamares inferiores (Ardington & Lund, 1995; Departamento de Desenvolvimento Social, 2002; Møller & Devey, 2002; Van der Berg, 1998b).

Além do benefício previdenciário, vários outros repasses do estado visam a população pobre e fazem parte do pacote de assistência social disponível. Os benefícios por invalidez são concedidos a pessoas com mais de 18 anos cuja invalidez tenha sido atestada por um médico. O relatório Taylor destaca que o benefício "é um benefício de fato para a população pobre, pois 77% dos beneficiários vivem em situação de pobreza" (Departamento de Desenvolvimento Social, 2002: 30). O benefício por adoção torna-se disponível, ainda que não o seja automaticamente, para famílias que adotem crianças abaixo de 18 anos de idade. O benefício por dependente auxilia pais de portadores de deficiência com menos de 18 anos de idade, que precisem dos cuidados de outra pessoa dentro de casa. Posteriormente, é necessário solicitar o benefício por invalidez, para adultos. O benefício de apoio à criança é pago ao primordial responsável por crianças com menos de sete anos de idade. Introduzido em meados da década de 1990, este benefício tem uma taxa de captação lenta, atendendo apenas 25% do grupo alvo três anos após sua implementação (Departamento de Desenvolvimento Social, 2002: 30). Apesar destes dispositivos, estima-se que até 60% dos pobres não recebam repasse algum da previdência social.

O relatório Taylor argumenta que uma abordagem de maior capacidade à proteção social vislumbraria um pacote de intervenções e medidas, inclusive o fornecimento de serviços básicos. Desde 1994, o Programa de Reconstrução de Desenvolvimento do novo governo estendeu o acesso a habitação e infra-estrutura básica como água tratada, eletricidade e, em menor grau, instalações sanitárias para os pobres nas áreas urbanas e rurais (Estatísticas da África do Sul, 2001). O relatório Taylor contempla tarifas assistenciais para água e eletricidade, que estão sendo introduzidas nos municípios de todo o país como parte de um pacote de proteção social. O Comitê Taylor recomenda dotação de renda básica para suprir carências do sistema de previdência social. Entretanto, não há sinais de que isso venha a ser implantado em futuro próximo.

1.2 *Locais da pesquisa*

Foram escolhidos dois locais para se estudar o impacto do benefício previdenciário sobre domicílios de faixa etária mais elevada: a Província do Cabo Oriental e a Província do Cabo Ocidental. A Província do Cabo Oriental é principalmente rural com altas taxas de desemprego. Os indicadores sociais de renda, condições de vida e infra-estrutura da região destacam seu débito no desenvolvimento. Embora a do Cabo Ocidental seja a província mais emergente das nove sul-africanas, o rápido afluxo de uma população em busca de empregos e de um padrão de vida melhor exerceu muita pressão sobre os recursos para o desenvolvimento e criou um enorme cinturão de favelas na região metropolitana da Cidade do Cabo. Muitos domicílios urbanos de populações negras na Província Ocidental são oriundos da Província Oriental pois as duas fazem parte de uma rota circulatória de migração.

Na África do Sul, o conceito de raça ou etnia é político. Embora a introdução da democracia em 1994 tenha aberto as portas para uma nova era de igualdade, a raça continua sendo um importante marcador de status sócio-econômico na sociedade. No governo antigo, cada setor populacional tinha acesso a riqueza material e progresso social conforme sua posição na ordem oficial de preferências definida sobre bases raciais. Por exemplo, em 1985 a aposentadoria estatal ainda era paga segundo uma fórmula definida sobre bases raciais onde pensionistas brancos se beneficiavam quase duas vezes e meia a mais que os negros e uma vez e meia a mais que os pensionistas pardos e indianos (Schlemmer & Møller, 1997: 31). Esta fórmula era ainda mais extremada anos antes. Na nova era, o marcador racial serve de fita métrica para monitorar o progresso do novo governo em sua tarefa de elevar o padrão de vida dos desprivilegiados da antiga ordem. Por exemplo, os formulários do censo e do governo oficial ainda pedem que os sul-africanos declarem sua raça com a finalidade de monitorar padrões de vida, ações afirmativas e igualdade de emprego.

Estudos sobre a pobreza sul-africana demonstram sempre que domicílios de negros e pardos abrangem as maiores fatias dos dois quintis inferiores dos assalariados (Bhorat *et al.*, 2001; Saldru, 1994; Devey & Møller, 2002). Em 2002, ano em que foi conduzida a pesquisa para este estudo, os negros somavam cerca de 78% da população sul-africana, os pardos (pessoas de descendência mista) 9%, os indiano 4% e os brancos 10% (SAIRR, 2001: 124).

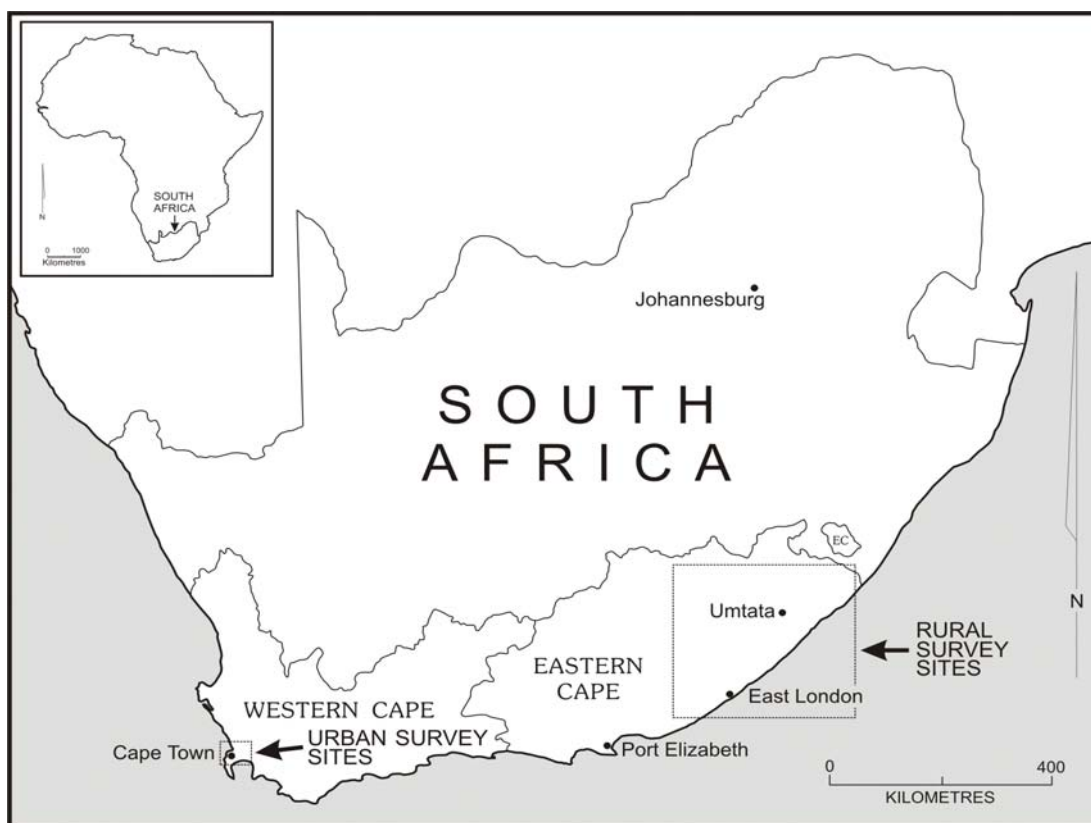
2 Método

2.1 Amostragem

Para a escolha dos domicílios a serem incluídos na pesquisa, foi aplicado um desenho de amostragem por grupamentos de múltiplos estágios, uma variação do método probabilístico tradicional de amostragem proporcional ao tamanho.

Os domicílios deveriam conter ao menos uma pessoa com idade igual ou superior a 55 anos. O estudo visava uma amostragem de 1.000 domicílios para examinar o impacto da pensão não-contributiva sobre os domicílios de faixa etária mais elevada na África do Sul. Foram escolhidas duas localidades para o estudo, representando três categorias demográficas: domicílios rurais de população negra de faixa etária mais elevada, domicílios urbanos de população negra de faixa etária mais elevada e domicílios urbanos de população parda de faixa etária mais elevada. A região rural da Província Oriental do Cabo foi escolhida para a busca de domicílios rurais de população negra. A área metropolitana da Cidade do Cabo foi escolhida para a busca de domicílios urbanos de população negra e parda. Houve a premissa de que, para as sub-amostras dos negros, existe um repasse de renda e gastos entre os domicílios dessas duas regiões que faz parte do sistema de migração. (Ver Mapa 1.)

Mapa 1: África do Sul, mostrando as localidades urbanas pesquisadas na Província Ocidental do Cabo e as localidades rurais na Província Oriental do Cabo



No primeiro estágio, 20 regiões administrativas foram escolhidas de propósito para buscar as três categorias de domicílios. As informações geográficas e demográficas sobre o número total de domicílios e de indivíduos com 55 anos ou mais foram obtidas das Estatísticas da África do Sul. Dentro de cada uma das 60 regiões administrativas, foram selecionadas todas as Áreas de Recenseamento (AR) do Censo de 1996 que atendiam os seguintes critérios: população predominantemente negra ou parda; área urbana conforme a definição das Estatísticas da África do Sul na Província Ocidental do Cabo; e áreas tribais ou semi-urbanas na Província Oriental do Cabo. Todas as ARs que continham instituições ou fazendas comerciais foram excluídas, bem como aquelas contendo menos de 80 domicílios.

Foram criados três quadros de amostragem através de uma listagem de todos os domicílios que atendiam esses critérios para cada categoria de participante. Foram selecionados vinte agrupamentos ou ARs em cada quadro de amostragem usando um ponto de início aleatório e o intervalo de amostragem apropriado. O intervalo de amostragem foi o número total de domicílios na categoria de participante dividido por 20. Foram identificadas duas ARs substitutas ao mesmo tempo, a saber, as duas imediatamente abaixo da AR visada na lista.

Para atingir um tamanho de amostra com 1.000 domicílios, aproximadamente 17 domicílios precisariam ser incluídos em cada um desses três conjuntos de ARs aleatoriamente selecionadas, ou cerca de 333 domicílios por categoria de participante.

Cada uma das ARs selecionadas foi então dividida em segmentos, onde cada segmento foi calculado para gerar 17 entrevistas com um domicílio visado. A fórmula para calcular o tamanho do segmento se baseou na informação demográfica fornecida pelas Estatísticas da África do Sul sobre o número de domicílios em cada AR e a composição etária. Todos os domicílios no segmento selecionado foram então contatados e foram feitas entrevistas em todos que incluíam pelo menos uma pessoa com 55 anos ou mais.

O primeiro participante entrevistado foi a pessoa que se identificou como aquela que mais sabia sobre a maneira como era gasto o dinheiro daquele núcleo residencial. Em seguida, todas as pessoas com 55 anos de idade ou mais naquela residência foram entrevistadas pessoalmente. Nos raros casos de doença ou impedimento cognitivo, a entrevista foi conduzida através de um procurador.

2.2 *Trabalho de campo*

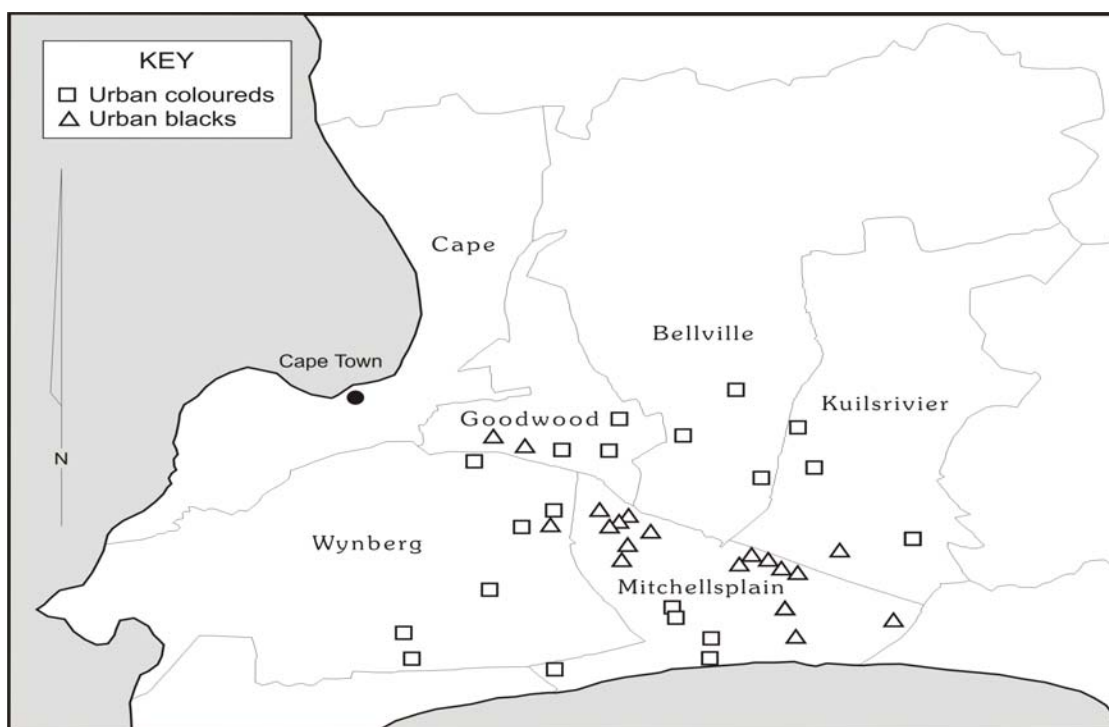
O desenho de amostragem e o trabalho de campo foram encomendados ao Desenvolvimento da Pesquisa na África (ou DRA na sigla em inglês). O trabalho de campo foi executado por entrevistadores experientes, especialmente treinados para o desempenho dessa tarefa. A distribuição do pessoal entre as três categorias de participantes foi feita pela língua falada e pelo grau de familiaridade do entrevistador com a área da pesquisa. As entrevistas pessoais foram realizadas na língua escolhida pelo entrevistado usando uma programação estruturada para esse propósito com perguntas abertas e fechadas. O trabalho de campo começou no dia 18 de outubro de 2002 na Província Oriental do Cabo e no dia 21 de outubro de 2002 na Cidade do Cabo, e foi concluído em aproximadamente um mês.

As vinte ARs escolhidas aleatoriamente na área metropolitana da Cidade do Cabo visando os domicílios urbanos de população negra foram localizados nas regiões administrativas de Goodwood, Wynberg, Mitchell's Plain (onde se encontra espalhado o bairro de Khayelitsha) e Kuils River. As vinte ARs escolhidas aleatoriamente visando domicílios urbanos de população parda foram localizados nas mesmas regiões administrativas que aquelas que visavam domicílios urbanos de população negra acrescentando-se a de Bellville. (Ver Mapa 2.) Não foram necessárias substituições nas áreas urbanas da Província Ocidental do Cabo.

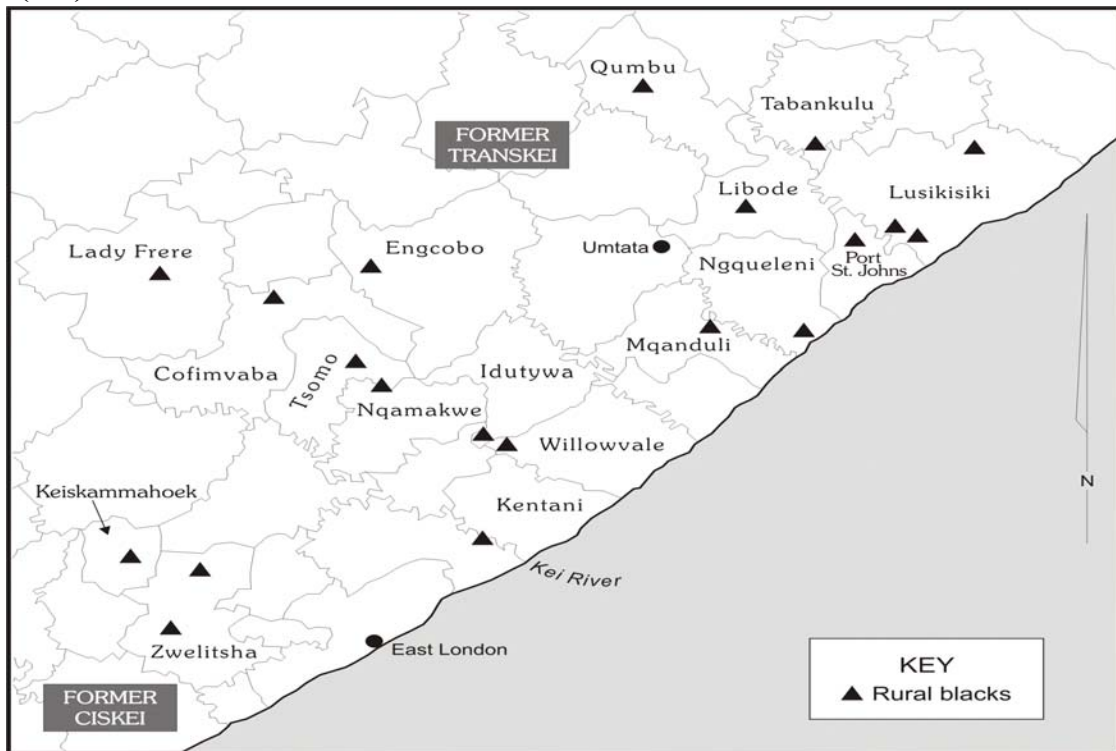
As ARs escolhidas aleatoriamente na região rural da Província Oriental do Cabo foram localizadas nas regiões administrativas de Zwelitsha, Keiskammahoeck, Engcobo, Idutywa, Kentani, Libode, Lusikisiki, Mqanduli, Ngquleni, Nqamakwe, Port St Johns, Qumbu, Cofimvaba, Tabankulu, Tsomo, Willowvale e Lady Frere. Duas ARs escolhidas nos distritos de Idutywa e Lusikisiki precisaram ser substituídos, pois não se podiam encontrar nos mapas disponibilizados pelas Estatísticas da África do Sul. Por compreender apenas domicílios mais jovens numa área de roça, a AR de Tsolo foi substituída por outra no distrito de Tsomo. (Ver Mapa 3.)

O desenho de amostragem por múltiplos estágios prescrevia que todos os domicílios selecionados no último estágio, no segmento da AR, precisavam de entrevista. Resultou então que o tamanho da amostra atingido foi maior do que o planejado para 1.000 entrevistas. Foram realizadas ao todo 1.111 entrevistas: 374 em domicílios rurais de população negra, 324 em domicílios urbanos de população negra e 413 em domicílios urbanos de população parda.

Mapa 2: Áreas urbanas da pesquisa, na Província Ocidental do Cabo, conforme as Regiões Administrativas e as Áreas de Recenseamento, para sub-amostras de população Negra Urbana (NU) e Parda Urbana (PU)



Mapa 3: Áreas rurais da pesquisa, na Província Oriental do Cabo, segundo as Regiões Administrativas e as Áreas de Recenseamento, para sub-amostra de população Negra Rural (NR)



Os dados foram codificados, capturados, limpos e validados pelo Desenvolvimento da Pesquisa na África. Em seguida, foram analisados com o Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (ou SPSS na sigla em inglês).

2.3 O instrumento

A equipe internacional de investigadores montou o questionário usado no levantamento. Ele foi elaborado para ser administrado entre 45 minutos e uma hora, e foi dividido em oito seções. Os tópicos abrangiam as condições de vida material no domicílio, a composição residencial, as atividades econômicas, renda e gastos e serviços de dívida, saúde e cuidados, e a percepção da qualidade de vida. A oitava seção envolvia um módulo de entrevista para ser feita em separado com os moradores mais idosos de cada domicílio (55 anos ou mais). Esta última cobria uma variedade de tópicos relativos às questões de pensão e emprego, à dinâmica interna dos moradores e o empoderamento dos idosos.

3 Descobertas

Os resultados do levantamento são exibidos na ordem em que os tópicos foram introduzidos no questionário e nas entrevistas. Seguem-se a eles perfis dos pensionistas em cada domicílio.

3.1 *Perfil domiciliar*

O estudo inclui três grupos distintos de domicílios cuja faixa etária é mais elevada. Os locais levantados em áreas rurais da Província Oriental do Cabo e na área metropolitana da Cidade do Cabo na Província Ocidental do Cabo foram escolhidos para atingir domicílios com diversos graus de pobreza e uma faixa de condições de vida. Predominantemente rural, a Oriental do Cabo está entre as mais pobres das nove províncias da África do Sul com altas taxas de desemprego. As áreas de amostragem ali se espalham pelas antigas propriedades do Transkei e do Ciskei, divididas pelo caudaloso Rio Kei. Há muita migração da Província Oriental do Cabo na região da Província Ocidental do Cabo. Portanto, as comunidades urbanas de população negra na Província Ocidental do Cabo podem ainda ter laços de família com a Província Oriental do Cabo e podem considerar uma área rural na Província Oriental do Cabo como sua terra natal. Foram traçadas duas sub-amostras urbanas na área metropolitana da Cidade do Cabo entre domicílios em áreas residenciais predominantemente negras e pardas. A Província Ocidental do Cabo já foi uma área preferida da mão-de-obra parda.

Para marcar a distinção entre as localidades do levantamento, os domicílios nas três sub-amostras foram identificados como rural negro (RN), urbano negro (UM) e urbano pardo (UP). O relatório descritivo dá resultados do estudo para cada uma das três sub-amostras e para a amostra total.

O perfil do domicílio mostra que cada uma das três sub-amostras incluiu mais de trezentos domicílios (Tabela A – no Apêndice 1).

Língua. A língua nativa dominante nos domicílios de população negra era o xosa e nos domicílios de população parda, o africâner. Mais de um em cada dez domicílios urbanos de população negra deu inglês como sua língua nativa, o que é um fenômeno novo que pode refletir uma mistura étnica maior nas áreas urbanas. Um quinto dos domicílios de população parda deu inglês como sua língua nativa. Os falantes de africâner costumam ser bilíngües, falando também o inglês.

Residência. Muitos dos moradores nos domicílios do levantamento estavam bem estabelecidos em sua área e no seu lar. Com poucas exceções, os chefes dos domicílios rurais haviam nascido nas redondezas e moravam em sua atual residência há mais de 30 anos. A maioria dos domiciliados nas áreas rurais morava em estruturas múltiplas construídas no estilo tradicional. As estruturas habitacionais envolviam, em média, três cabanas ou mais.

A maioria dos domiciliados na Cidade do Cabo morava na área há mais de 20 anos. Os domiciliados nas áreas urbanas moravam principalmente em habitações destacadas em lotes separados. Uma proporção razoável de pardos morava em casas geminadas. Alguns negros domiciliados nas áreas urbanas moravam em habitações informais ou barracos. O grande número de habitações informais ocupadas por negros nas regiões urbanas pode ser responsável pelo fato de que, em média, as casas da população urbana negra eram menores que as de suas contrapartes rurais e as dos pardos nas regiões urbanas. Em média, os pardos domiciliados nas áreas urbanas ocupavam quatro cômodos ou mais.

Propriedade domiciliar. A grande maioria dos moradores das áreas rurais era proprietária de suas habitações. Pouco mais de um quarto dos domiciliados em áreas urbanas pagava aluguel.

Instalações e recursos. Os domicílios urbanos tinham, em sua maioria, água encanada dentro da construção ou no terreno; cerca de nove em cada dez tinham vaso sanitário. Contrastando fortemente, muitos dos domicílios rurais não tinham acesso a água potável nem a instalações sanitárias. A maioria dos domiciliados nas áreas rurais bebia água do rio. Pouco mais de um em cada dez moradores das áreas rurais usavam água de represas ou da chuva. Aproximadamente metade dos moradores das áreas rurais declarou ausência de vaso sanitário ou declarou lançar mão da "moita" como recurso.

Em geral, os domicílios de população parda tinham o melhor acesso a infra-estrutura e recursos dentro de casa, seguidos dos domicílios urbanos de população negra, ficando muito atrás os domicílios rurais. O padrão se verifica em todos os recursos de conforto numa casa, à exceção do rádio. A maioria de todos os domicílios tinha acesso a um rádio. Entretanto, vale notar que um de cada dois domicílios rurais tinha acesso à eletricidade. Desde a democracia, o governo lançou uma grande campanha para levar água limpa e eletricidade aos domicílios pobres.

3.2 *Composição domiciliar*

A quantidade de domiciliados em cada unidade variava de uma a 22 pessoas (Tabela B1). A média nos domicílios de população negra era de cinco pessoas, e nos de população parda, pouco menos de cinco. A quantidade de pessoas por unidade vai caindo progressivamente desde os de domicílios rurais de população negra, depois vêm os urbanos de população negra e por último os de população parda. Domicílios em que residem apenas uma pessoa se encontram numa proporção menor do que um em cada dez. Os domicílios rurais eram os mais propensos a uma maior quantidade de residentes por unidade; em quase um quarto deles moravam oito ou mais pessoas.

Os domicílios de faixa etária mais alta têm várias gerações. Chefes de família e esposos(as) compunham entre um quarto e um terço das pessoas da casa; filhos adultos e outros da mesma faixa etária pelo menos outro terço; e a geração dos netos compunha um quarto dos residentes, chegando a compor quase 40% nos domicílios rurais. A geração mais numerosa nos domicílios de população parda era a mais idosa, consistindo primordialmente em chefes de família e esposas(os). A geração média de filhos adultos era predominante nos domicílios urbanos de população negra. A geração inferior dos netos era a maior nos domicílios rurais de população negra. Doze domicílios não identificaram um chefe de família, enquanto nove identificaram dois chefes, o que responde pela pequena variação nas proporções de chefes de família nas diferentes categorias do levantamento feito.

Mais de metade dos domiciliados nas unidades rurais tinham menos de 25 anos de idade, em comparação a 38 por cento nos domicílios urbanos de população parda. Por definição, todos os domicílios incluídos no levantamento tinham pelo menos uma pessoa com 55 anos de idade ou mais. Os domicílios de população parda apresentaram a maior proporção dentro desta faixa etária. Os domicílios urbanos de população negra incluíram uma quantidade significativamente menor de pessoas com 65 anos de idade ou mais.

A maioria dos domicílios incluíram apenas uma pessoa com 55 anos de idade ou mais. Somente um domicílio incluiu quatro pessoas nesta faixa etária. Mais de um terço dos domicílios de população parda e um quinto dos rurais de população negra incluíram duas ou mais pessoas idosas.

O estudo identificou 828 beneficiários da pensão. Em sua maioria, eram negros em domicílios rurais. Em média, cada domicílio rural de população negra incluiu um pensionista. Mais de um em cada dez domicílios rurais de população negra e parda incluíram dois ou mais pensionistas. Entretanto, quase um em cada dois domicílios urbanos de população negra e metade dos domicílios de população parda não declararam pensionista algum.

3.2.1 **Perfil dos entrevistados**

Foram elaborados perfis dos entrevistados, ou seja, pessoas com 55 anos de idade ou mais e beneficiários do estado por idade (Tabela B2). Observa-se uma grande quantidade de superposições. Quase todos os entrevistados se identificou como chefe de seu núcleo domiciliar. Em alguns casos, predominantemente nos domicílios de população parda, a(o) esposa(o) do(a) chefe ou um membro da geração maior foi quem respondeu pelo domicílio. Seis de cada dez dos entrevistados era pensionista do estado por idade. Quarenta por cento eram do sexo masculino, uma proporção semelhante à que se encontrou entre todos os residentes idosos dos domicílios. Em comparação com os residentes mais velhos do domicílio e os pensionistas, os entrevistados eram em média alguns anos mais jovens e havia entre estes maior incidência de alfabetizados. Os entrevistados nos domicílios rurais de população negra eram em geral mais idosos, com 67 anos de idade média, e analfabetos. Cerca de 85% dos entrevistados negros das áreas rurais eram pensionistas idosos, em comparação com menos da metade dos entrevistados urbanos. Quase um em cada cinco entrevistados das áreas rurais tinha 75 anos de idade ou mais. Cerca de 43% dos entrevistados das áreas rurais declararam não ter ido à escola e não sabiam ler nem escrever.

3.2.2 Perfil dos pensionistas

Quais são as características dos pensionistas que os distinguem dos demais idosos em cada domicílio? As pessoas com 55 anos de idade ou mais foram identificadas a partir da informação que o entrevistado prestou sobre sua idade. Dentre estas, os pensionistas se identificaram como tal já no curso da entrevista. Cerca de 3% talvez não se qualificassem para o benefício por causa da idade, ou faziam jus à pensão por invalidez. A pensão para idosos é paga às mulheres de 60 anos ou mais e aos homens de 65 ou mais.

Nos domicílios rurais, a grande maioria dos residentes na faixa etária mais elevada, 85%, recebia pensão para idosos. As diferenças entre os pensionistas e outros residentes idosos eram algo maiores nas áreas urbanas. Os pensionistas urbanos eram, em média, dois anos mais velhos que os demais idosos no domicílio, e na maioria eram mulheres viúvas.

3.2.3 Moradores ausentes dos domicílios

A pesquisa indagava a respeito de ausência de qualquer morador daquele domicílio (Tabela B3). Aproximadamente 6% de todos os moradores estavam ausentes no momento da pesquisa. Algumas das razões para isso eram por estarem trabalhando fora de casa, procurando emprego ou freqüentando a escola, e outras de cunho pessoal. A razão predominante para ausência nos domicílios de população parda era o emprego. Duas vezes mais moradores dos domicílios urbanos de população negra estavam ausentes na hora da pesquisa do que quaisquer outras categorias primordialmente por estarem trabalhando fora de casa ou buscando emprego. Proporções consideráveis dos ausentes em domicílios urbanos e rurais de população negra estavam freqüentando escola noutra parte do país. A proporção de ausentes por razões de emprego foi maior nos domicílios de população parda e menor nos domicílios rurais de população negra, ficando os domicílios urbanos de população negra em algum ponto intermediário.

3.2.4 Estado civil e níveis de escolaridade

As mulheres formavam pequena maioria em todas as sub-amostras dos domicílios. A maioria dos moradores dos domicílios urbanos e rurais de população negra era de solteiros. As proporções entre pessoas casadas e solteiras nos domicílios de população parda eram aproximadamente iguais.

Os níveis de escolaridade eram mais altos nos domicílios de população parda, onde um quinto dos entrevistados havia conseguido acesso à educação terciária ou superior, e mais baixos nos domicílios rurais de população negra, onde um quinto não tinha escolaridade alguma. O nível de escolaridade nos domicílios urbanos de população negra se encaixava em algum ponto intermediário. O número de moradores de um domicílio sem qualquer escolaridade formal aumenta progressivamente de 4% nos

domicílios de população parda para 10% nos domicílios urbanos de população negra e chega a 21% nos domicílios rurais de população negra. Esta progressão se inverte para os percentuais relativos a escolaridade em nível superior: 11% nos domicílios rurais de população negra, 18% nos domicílios urbanos de população negra e 21% nos domicílios de população parda.

3.3 *Atividade econômica domiciliar*

A pesquisa buscava informações sobre a vida profissional de todos os moradores com 16 anos ou mais. A grande maioria não havia trabalhado nos últimos 12 meses. A taxa de emprego era 14 maior nos domicílios de população parda do que nos domicílios rurais de população negra. As taxas de desemprego diminuem progressivamente de 95% em domicílios rurais de população negra para 78% em domicílios urbanos de população negra, chegando a 66% em domicílios de população parda.

As pessoas que haviam trabalhado nos últimos 12 meses, ou em parte desse período pelo menos, forneceram mais informações sobre as circunstâncias de seu trabalho. A maioria havia trabalhado 40 horas por semana. Entretanto, houve uma proporção considerável que havia trabalhado mais de 40 horas. Esta proporção aumenta progressivamente de 12% dos trabalhadores rurais negros para 36% dos trabalhadores urbanos negros chegando a 41% dos trabalhadores pardos.

Dentre as pessoas que tiveram empregos no último ano, 38 declararam não ter trabalhado no mês anterior à pesquisa. Mais da metade declarou que seu trabalho era temporário ou que estava novamente procurando emprego.

A maioria dos trabalhadores nos domicílios pesquisados estava empregada em ocupações elementares, como o trabalho doméstico ou agrícola, ou como vendedores ambulantes. Trabalhadores pardos tinham maiores possibilidades de encontrar funções de clérigos ou em fábricas. Por outro lado, os domicílios rurais apresentaram a maior proporção de profissionais, como professores e nos serviços sociais e de saúde.

O trabalho dos residentes pesquisados variava dentro de uma ampla gama de setores ocupacionais. Os trabalhadores negros tinham um excesso de representantes nos serviços comunitários. Metade dos trabalhadores rurais negros se ocupava nos serviços comunitários, nos setores da educação e da saúde, e na construção. Os trabalhadores urbanos negros estavam predominantemente empregados nos serviços comunitários, no comércio e no setor hospitalar. A Cidade do Cabo é um dos centros turísticos mais visitados da África do Sul, o que responde pelo fato de que mais de um em cada dez trabalhadores urbanos negros da pesquisa estavam empregados no setor hospitalar. Mais de metade dos trabalhadores pardos tinha empregos na área manufatureira, nos serviços comunitários, no comércio e na educação ou saúde.

Mais de nove em cada dez trabalhadores eram empregados. Menos de 4% da amostragem total eram autônomos, ou empregavam outros trabalhadores. Embora em números pequenos, os trabalhadores rurais negros eram quem apresentava a maior propensão a serem autônomos, enquanto os pardos eram quem apresentava a maior propensão a serem empregadores.

A maioria dos trabalhadores rurais estavam em operações que empregam menos de dez indivíduos. Muitos dos pardos empregados trabalhavam em operações de dez ou mais indivíduos. A proporção de pessoas empregadas em atividades que reúnem mais de 50 trabalhadores aumenta progressivamente de 11% dos trabalhadores rurais negros para 26% dos trabalhadores urbanos negros chegando a 39% dos trabalhadores urbanos pardos.

A maioria era de empregados em escritórios ou instalações empresariais. Um quinto dos trabalhadores pardos estava em fábricas. Proporções consideráveis dos trabalhadores rurais negros se encontrava ocupada em instituições governamentais e em residências particulares.

3.4 *Renda e patrimônio domiciliar*

3.4.1 **Fontes de renda**

A pesquisa sondou as várias fontes de renda dos domicílios. Foram identificados mais de 2.000 detentores de renda e suas fontes. A Tabela D registra fontes de renda individual e a renda domiciliar resultante.

As duas fontes de renda mais importantes foram a pensão por idade, os proventos de empregos remunerados e o trabalho informal (Tabela D1). A pensão por invalidez e o benefício de apoio à criança também desempenhavam papel importante na obtenção de renda para o domicílio.

A pensão por idade é de longe a fonte mais importante de renda para os domicílios rurais de população negra. Três quartos dos detentores de renda negros das regiões rurais eram pensionistas do governo, em comparação aos 13-14% que trabalhavam por salários.

Os domicílios urbanos dependiam mais dos proventos do trabalho assalariado que da pensão social. Não obstante, a pensão para idosos representa cerca de 29% das fontes para os detentores de renda urbanos negros e pardos. Os domicílios urbanos de população negra eram os que mais se utilizavam do benefício de apoio à criança e da pensão por invalidez.

A Tabela D2 mostra os proventos médios oriundos de diferentes fontes para os detentores individuais de alguma renda. O benefício por idade e a pensão por invalidez têm valores iguais. As pensões para empregadores e veteranos bem como as anuidades por aposentadoria têm valores superiores porém menor número de beneficiários. Em dinâmica semelhante, poucos foram os domicílios que buscaram o benefício aos carentes e o benefício por adoção, que fornecem maior renda do que o benefício de apoio à criança.

Os proventos com o trabalho regular remunerado foram a fonte mais lucrativa de renda para o maior número de detentores de alguma renda nos domicílios. Os proventos com o trabalho de vendedor ambulante e empregos esporádicos constituíam uma renda muito inferior. Cabe observar que os proventos médios do trabalho assalariado e dos empregos esporádicos aumentam progressivamente a partir dos negros das áreas rurais, passando pelos negros das áreas urbanas, chegando enfim aos trabalhadores urbanos pardos, da mesma forma que os benefícios auferidos com as pensões do empregador que estão ligadas a ganhos passados.

3.4.2 **Importância das fontes de renda**

A Tabela D3 nos permite calcular aproximadamente os graus de importância das diferentes fontes de renda para os domicílios pesquisados. O escalonamento se baseia no número de domicílios que obtêm renda de cada fonte multiplicado pela renda média auferida com aquela fonte, e é apresentado na Tabela 3.1 abaixo.

Embora relativamente mais elevadas que outras, algumas rendas são mais difíceis de acessar ou se limitam a uns poucos privilegiados. Ainda que uma estimativa rudimentar, o escalonamento de importância identifica claramente o trabalho assalariado formal e a pensão social como as duas fontes mais importantes de renda para os domicílios dentro da faixa etária mais elevada. Dentre os diferentes pilares da previdência social estatal, a pensão social destaca-se como a mais importante, seguida de longe pelo benefício por invalidez. O benefício de apoio à criança fornece duas vezes mais renda que

o benefício por adoção, que por sua vez supera a pensão de veteranos, o benefício aos carentes e o seguro-desemprego. O impacto do benefício por dependente é desprezível.

São luminares as comparações entre previdência privada e pública. Devido ao reduzido número de residentes nos domicílios da pesquisa que tiveram acesso a empregos e seus benefícios, poucos foram aqueles que buscaram pensões do empregador ou anuidades por aposentadoria. O valor total estimado das pensões do empregador está aproximadamente emparelhado ao do benefício por invalidez. O valor total das anuidades por aposentadoria é menor que o do benefício de apoio à criança ou o do benefício por adoção.

Tabela 3.1: Escalonamento da importância das diferentes fontes de renda domiciliar

Classificação	Tipo de renda	Valor estimado
1	Trabalho remunerado	R988 163
2	Benefício estatal pago ao idoso	R525 575
3	Benefício por invalidez	R118 680
4	Pensão do empregador	R101 783
5	Proventos do emprego informal	R 28 169
6	Benefício de apoio à criança	R 26 890
7	Anuidade de aposentadoria	R 18 719
8	Benefício por adoção	R 11 880
9	Pensão de veteranos	R 6 040
10	Benefício aos carentes	R 4 697
11	Fundo de Seguro-desemprego	R 4 689
12	Benefício por dependente	R 130

Cabe observar que o benefício de apoio à criança, cujo montante equivalia a R130 por criança na época da pesquisa (2002), cria uma fonte importante de renda para os domicílios de faixa etária mais elevada, que em geral abrangem várias gerações. E cabe igualmente observar que a renda advinda de atividades no setor informal, como o comércio ambulante e o atravessamento de produtos, que não chegam nem perto da lucratividade do trabalho regular assalariado, cria pelo menos tanta renda para os domicílios de faixa etária mais elevada que aquela oriunda do benefício de apoio à criança. Pode-se também interpretar que, nos domicílios dentro da faixa etária mais elevada, são poucos os que se envolvem com trabalho no setor informal se puderem obter acesso ao benefício de apoio à criança. A julgar pelos resultados da pesquisa, a renda oriunda do trabalho no setor informal é praticamente inexistente nas comunidades rurais onde há escassez de moeda corrente.

Na época da pesquisa, um inquérito governamental averiguou que a taxa de captação do benefício de apoio à criança era especificamente baixa na Província Oriental do Cabo. O orçamento do governo para 2003/4 separou verbas especiais para agilizar o registro de crianças com direito ao benefício que deveria atender domicílios dentro da faixa etária mais elevada onde convivem várias gerações naquela província.

3.4.3 Fontes adicionais de renda

A Tabela D5 estuda as fontes adicionais de renda para os domicílios. As fontes adicionais mais comuns foram as transferências, os aluguéis e a poupança entre residentes. Uma quantidade significativa deles recebia dinheiro e presentes em moeda sonante de não residentes, ou recebia alugueres de hóspedes e locatários. Os juros das poupanças eram uma fonte adicional de renda para

alguns domicílios tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. De todas essas fontes adicionais de renda, os alugueres e os juros da poupança geravam os proventos mais elevados para todo o domicílio, girando em torno dos R700 por mês.

3.4.4 Níveis de renda

Os números em 4 e 6 na Tabela D são estimativas da renda média por domicílio. A Tabela D4 mostra a renda média por domicílio como o somatório das rendas individuais auferidas por diferentes fontes, inclusive repasses governamentais, pensões e anuidades privadas, e através do trabalho remunerado tanto formal quanto informal conforme discriminado na Tabela D3. As rendas médias por domicílio são progressivas e variam de R899 para os domicílios rurais de população negra a R2.529 para domicílios de população parda, passando por R1.402 para os domicílios urbanos de população negra. Quando se acrescenta a renda adicional gerada por repasses entre os domicílios, por alugueres e poupança, as médias de renda por domicílio aumentam, minimamente apenas, entre R30 e R150 (Tabela D7).

3.4.5 Importância relativa da pensão paga pelo estado aos idosos como fonte de renda domiciliar

Qual é o significado da pensão não contributiva por idade para o sustento? A Tabela 3.2 abaixo dá um apanhado geral da renda domiciliar agrupada em três faixas de renda. Para as sub-amostras e a amostra total, são apresentados os valores monetários da renda advinda dos repasses governamentais, das pensões contributivas e do emprego.

Tabela 3.2: Renda domiciliar, por fonte e sub-amostra

Fontes de renda para os domicílios	NR	NU	PU	Todos os domicílios
<i>Pensão para idosos</i>	R242 020	R112 630	R 170 925	R 525 575
Repasses governamentais	R270 060	R174 100	R 254 421	R 698 581
Pensões contributivas	R 4 800	R 14 362	R 101 340	R 120 502
Emprego	R 61 402	R266 001	R 688 929	R1016 332
Total	R336 262	R454 463	R1044 690	R1835 415

Na Tabela 3.2, os repasses governamentais incluem benefícios para idosos e por invalidez, pensões de veteranos, salário-desemprego, benefícios de apoio à criança e por adoção, benefícios por dependentes e benefícios aos carentes. As pensões contributivas incluem as pensões do empregador e as anuidades por aposentadoria. Os proventos do emprego incluem aqueles oriundos tanto do trabalho formal quanto das atividades informais de geração de renda.

Com base nos valores monetários dos três tipos de renda, a Tabela 3.3 abaixo mostra o valor relativo da pensão estatal para idosos dentre as três sub-amostras e a amostra total.

A pensão não contributiva para idosos é, de longe, a fonte mais importante de renda para os domicílios rurais de população negra, onde contabiliza quase 90% da renda de todos os repasses governamentais. Já nos domicílios urbanos de população negra e parda, a pensão para idosos é responsável por aproximadamente dois terços de todos os repasses governamentais.

As pensões contributivas são fontes desprezíveis de renda para os domicílios rurais de população negra. O valor da pensão para idosos é 50 vezes maior que o das pensões contributivas nos domicílios rurais de população negra pesquisados. O valor da pensão contributiva privada em relação à pensão governamental para idosos aumenta progressivamente desde os domicílios rurais de população negra passando pelos domicílios urbanos de população negra e chegando até os domicílios urbanos de população parda. Embora o valor das pensões contributivas costume ser muito mais elevado que o das pensões governamentais, somente uma pequena quantidade se beneficia das pensões e anuidades de empregadores.

A pensão para idosos e o salário-desemprego oferecidos pelo governo são as duas fontes de renda mais importantes para todos os domicílios. Entretanto, a contribuição relativa que os repasses governamentais e a renda advinda de emprego desempenham na renda domiciliar diferia significativamente entre as áreas urbana e rural.

Tabela 3.3: Valor relativo da pensão para idosos, por três sub-amostras

Valor comparativo da renda oriunda de pensão estatal não contributiva para idosos	NR	NU	PU	Todos os domicílios
Pensão para idosos como percentual de todos os repasses governamentais	89,6%	64,6%	67,1%	75,2%
Razão: Pensão contributiva e não contributiva	1 : 5	1 : 8	1 : 6	1 : 4
Razão: Renda do emprego e pensão não contributiva	1 : 4	2,4 : 1	4 : 1	2 : 1

Embora os domicílios rurais de população negra se beneficiem das pensões quatro vezes mais que dos empregos, verificou-se o oposto nas áreas urbanas, onde mais residentes de um domicílio conseguiam empregos. Os domicílios rurais de população negra ganhavam com o emprego duas vezes mais que com as pensões para idosos, e os domicílios urbanos de população parda, quatro vezes mais.

3.4.6 A dinâmica da renda

Nos domicílios de população negra, toda ou quase toda a renda é usada em conjunto. Somente cerca de 10% dos domicílios urbanos de população negra declararam que os indivíduos que detinham alguma renda a retinham para si. Foi mais raro encontrar partilha de renda entre os domicílios de população parda. Somente 29% destes partilhavam toda e quase toda a renda individual (Tabela D8).

A pessoa que "mais sabia como o dinheiro era gasto em casa" foi designada para a entrevista. Na maioria dos casos, esta pessoa era o/a chefe da família. O/a entrevistado/a confirmou que o/a chefe da família era a pessoa que maior influência exercia sobre os gastos da casa. Houve a alternativa de ser

a/o esposa/o do/a chefe a pessoa que assumia essa responsabilidade em cerca de um quinto dos casos (Tabela D9).

3.4.7 Patrimônio domiciliar

Nos domicílios rurais, em sua maioria, havia animais próprios. Nestes, havia em média oito galinhas, dois porcos, animais de tração, doze cabras ou ovelhas e cinco cabeças de gado bovino (Tabelas D10 – D12).

De cada dois domicílios rurais, mais de um cultivava seus próprios legumes e verduras. Menos de 3% e 1% dos domicílios urbanos de população negra e parda, respectivamente, o faziam. Essa horta caseira valia algo estimado em R61 para os domicílios que faziam o cultivo durante um típico mês de colheita (Tabelas D13 e D14).

A proporção de domicílios com conta bancária aumenta progressivamente dos rurais de população negra até os urbanos de população parda. Quase três vezes mais domicílios de população parda tinham contas bancárias em comparação com os rurais de população negra (Tabela D15). Esta progressão se dá em ordem inversa quanto a participação em *stokvels* (um esquema de poupança/crédito rotativo), que é mais usado pela população negra domiciliada em áreas rurais. Entretanto, somente 3% dos domicílios rurais desta pesquisa declararam participar deste tipo de esquema (Tabela D16).

3.5 *Gastos domiciliares*

A pesquisa tentou capturar os gastos regulares bem como aqueles imprevistos que podem se constituir num choque para o sistema financeiro domiciliar e sua capacidade de atender aos seus entes.

3.5.1 Choques financeiros

Aproximadamente um quinto dos domicílios tiveram que lidar com despesas imprevistas nos últimos 12 meses (Tabela E1). Os domicílios urbanos de população negra apresentaram maior incidência a se deparar com despesas para as quais não estavam preparados.

As despesas funerárias foram de longe o choque mais comum aos sistemas financeiros dos domicílios de população negra tanto nas áreas rurais quanto urbanas (Tabela E2). Superavam todas as outras despesas inesperadas. Os custos com as cerimônias tradicionais e práticas habituais constituíam adicionais de despesas imprevistas para os domicílios de população negra. Enquanto os domicílios rurais tinham de absorver os custos de consertos a danos causados por elementos naturais, os domicílios urbanos apresentavam maior incidência a iniciar obras de reforma cujos custos acabavam superando a previsão orçamentária.

As despesas funerárias também eram o gasto imprevisto mais frequentemente mencionado entre os domicílios de população parda. Além destas, outras despesas imprevistas abrangiam uma vasta gama de custos com obras, legalizações, educação e saúde, taxas e licenças.

Os choques financeiros eram um reflexo dos estilos de vida que levavam e dos riscos aos quais se expunham os moradores dos domicílios. Somente os domicílios urbanos eram afetados por despesas imprevistas relacionadas à posse de automóvel. Despesas associadas com assalto ao domicílio, pagamento de fianças e representação legal foram preocupações exclusivas dos domicílios de população parda.

Para a minoria dos domicílios que passaram pela experiência de um choque financeiro, o gasto médio estava na faixa dos milhares de rand (Tabelas E3 e E4). No apanhado geral da Tabela 3.4 abaixo, os

gastos imprevistos superaram a renda domiciliar mensal média em até três vezes. Os domicílios urbanos de população negra mostraram-se mais vulneráveis aos riscos associados a gastos imprevistos. Suas despesas médias também foram as mais elevadas em termos absolutos e relativos. Os domicílios urbanos de população negra com uma relação de 1 para 3,7 apresentaram as menores incidências de capacidade para superar um choque financeiro. Por outro lado, os domicílios de população parda com uma relação de 1:1 estariam em melhor posição para absorver um choque financeiro do que os domicílios de população negra.

3.5.2 Gastos regulares

Foi solicitada uma estimativa dos gastos totais de cada domicílio no último mês ou último ano. Para auxiliar na tarefa, usou-se uma listagem para a verificação dos itens que incorriam despesas. A Tabela E5 mostra os gastos médios dos domicílios em cada uma das três sub-amostras. As médias foram calculadas para os domicílios que declararam gastos com todo item em questão.

Tabela 3.4: Renda média mensal de cada domicílio comparada com a média das despesas imprevistas, e razão entre renda e despesa imprevista, por cada sub-amostra

	NR	NU	PU	Total
Renda média mensal (Tabelas D4, D7)	R 965	R1.439	R2.686	R1.743
Média das despesas imprevistas (Tabela E4)	R2.155	R5.590	R3.465	R3.887
Razão entre renda e despesa imprevista	1 : 2,2	1 : 3,9	1 : 1,2	1 : 2,2

A lembrança variou conforme o tipo de despesa. Quase todos os domicílios declararam que a comida era o maior item das despesas. Daí em diante, entre 65 e 71% se recordaram de gastos com eletricidade e transporte. Noutra área de infra-estrutura, os gastos com comunicações e energia foram mencionados por cerca de metade destes domicílios. A educação e a saúde, os investimentos em capital social como igreja e associação a clubes, e os gastos com artigos pessoais e roupas se destacavam nas listas de gastos. Encargos com sociedades funerárias apareciam em dois terços das listas apresentadas. Entre 14 e 17% dos domicílios indicaram estar pagando empréstimos ou prestações de artigos comprados a crédito como móveis e utensílios.

Em dinheiro, os domicílios rurais de população negra gastavam mais com o básico, como alimento. O segundo gasto mais elevado era com repasses para outros domicílios e com pagamento de dívidas contraídas através de empréstimos e de compras à prestação. Quantias aproximadamente iguais eram gastas com atendimento à saúde e educação. Em comparação, os custos com infra-estrutura e comunicação eram geralmente baixos; o gasto médio mais alto era com o uso do telefone. Eram mínimas as despesas com aluguel, quando existiam.

À exceção do alimento, que é um dos itens de maiores gastos para todos os domicílios, os urbanos de população negra talvez tivessem gastado duas vezes mais em cada item das despesas do que suas contrapartes rurais, chegando a quatro vezes mais em algumas instâncias. Esta descoberta pode ser considerada como indicação de que o custo de vida seja mais elevado nas áreas urbanas, ou que os

domicílios urbanos de população negra tenham em média mais dinheiro à disposição do que suas contrapartes rurais.

Os itens de despesa mais elevados para os domicílios urbanos de população negra, acima de R100 por mês, incluíam alimento, todos os custos com infra-estrutura tomados em conjunto, compras a prestação e outros pagamentos de dívida, vestuário, saúde e educação. Embora poucos domicílios gastassem alguma quantia para financiar seus projetos de negócios, os urbanos de população negra eram os que gastavam as maiores quantias com isso.

Com poucas exceções, o gasto médio mensal dos domicílios de população parda com todos os itens da lista ultrapassava os R100, sendo que os artigos de mercearia correspondiam à despesa mais elevada um pouco acima dos R600. Os domicílios de população parda gastavam duas vezes mais com os artigos de mercearia do que suas contrapartes rurais. Pagavam contas quase cinco vezes maiores quando se tratava de frutas, legumes e verduras, e carne. Com relação a outras despesas, os domicílios de população parda gastavam menos com repasses entre um domicílio e outro do que, digamos, com comida pronta para viagem.

Comparando os gastos entre as três sub-amostras, vale observar que uma minoria muito pequena dos domicílios na amostra total indicou ser capaz de poupar. A média da quantia que conseguiam poupar aumentava progressivamente a partir de R53 nos domicílios rurais de população negra até R453 nos domicílios de população parda. Todos os domicílios onde se jogava na loteria e fazia contribuição para sociedades funerárias pagavam quantias mensais semelhantes, entre R40 e R70 em média, conforme demonstrado entre os itens de despesas menores dos domicílios urbanos.

3.5.3 Perfil dos gastos domiciliares

A Tabela E6 mostra os gastos com itens específicos do orçamento domiciliar como uma proporção dos gastos domiciliares totais para as três sub-amostras. A Tabela 3.5 abaixo (baseada na Tabela E6) faz um apanhado geral do peso relativo das diferentes despesas sobre o orçamento domiciliar.

As necessidades básicas, como alimento, abrigo, vestuário e abastecimento em geral, que incluem água, saneamento e energia, consumiam a maior parte dos orçamentos domiciliares. O alimento era o elemento mais importante dos gastos em todos os domicílios pesquisados e respondia por até metade do orçamento nos domicílios rurais de população negra. Outras necessidades básicas, como os de abastecimento em geral, e os custos com transporte e telefone, constituíam peso maior para os domicílios urbanos.

Os domicílios rurais gastavam quantias relativamente grandes com participação social, uma estimativa de 10% em média. A participação social, que envolve gastos com filiações a entidades e repasses para familiares domiciliados noutra lugar, pode ser vista como um investimento em capital social. Em comparação com os domicílios de população parda, os de população negra gastam uma proporção maior de sua renda com educação e atendimento à saúde. O tamanho relativo do gasto com pagamento de dívidas nos domicílios de população negra indica que os de população na faixa etária mais elevada e renda inferior se apóiam no crédito.

Ao contrário do que se acredita, os domicílios rurais de população na faixa etária mais elevada gastam muito pouco com vícios como a bebida e o tabaco, e até mesmo a loteria. Os domicílios urbanos de população negra e parda gastam menos de 5% de seu orçamento com entretenimento. O gasto com recreação nos domicílios urbanos de população negra foi primordialmente o que se gasta com entretenimento.

3.5.4 Níveis de gastos

O gasto médio mensal por domicílio foi calculado com base nas listas de despesas fornecidas por cada núcleo. Os gastos aumentam progressivamente de uma média de R894 nos domicílios rurais de população negra, passando por R1226 nos domicílios urbanos de população negra, chegando a R2225 nos domicílios urbanos de população parda. A renda excedia os gastos em todos os casos. Entretanto, deve-se observar que nem todos os domicílios forneceram listas completas dos gastos, o que baixa o gasto médio baseado em todos os domicílios da pesquisa.

Pedi-se aos entrevistados, selecionados com base no conhecimento médio que tinham das finanças domiciliares, que fornecessem uma estimativa do gasto mensal em seu núcleo domiciliar num único número a ser registrado em oito categorias de gastos mostradas na Tabela E7. As estimativas geralmente confirmaram níveis progressivos de gasto domiciliar mensal no sentido dos domicílios rurais de população negra, passando pelos urbanos de população negra e chegando aos urbanos de população parda.

Pouco menos de dois terços dos domicílios tanto rurais quanto urbanos de população negra se colocaram na duas categorias inferiores de gastos, as que os declaram abaixo de R799 por mês. Estima-se que o gasto mensal médio nos domicílios de população negra esteja entre R400 e R799. Contrariando as expectativas, uma proporção dos domicílios de população negra significativamente maior nas regiões urbanas que nas rurais se colocou no grupo de menores gastos. Por outro lado, dois terços dos domicílios de população parda se colocaram entre a quarta e sexta categorias de gastos entre R1.200 e R4.999 por mês. Segundo a avaliação dos próprios entrevistados, o gasto médio nos domicílios de população parda foi estimado entre R1.200 e R1.799.

Tabela 3.5: Peso relativo dos diferentes gastos sobre os orçamentos domiciliares, por sub-amostra (percentual de gastos domiciliares)

Item de despesa	NR	NU	PU	Todos os domicílios
Comida	49,9	39,8	46,6	45,6
Moradia	0	2,2	7,7	4,8
Vestuário, artigos de uso pessoal	5,0	8,3	4,8	5,8
Abastecimento ¹	6,0	10,8	15,2	12,2
Telefone, transporte	3,7	7,9	11,0	8,8
Saúde	4,6	4,2	1,3	2,7
Educação	6,7	4,0	1,6	3,2
Participação Social ¹	10,7	7,8	4,5	6,5
Recreação ¹	1,4	4,8	3,1	3,2
Poupança, investimento ¹	3,7	4,0	0,9	2,3
Prestações, pagamento de dívida	8,5	6,5	3,3	5,1

¹ Abastecimento: itens 6 a 9 na Tabela E6. (taxas, eletricidade, água e energia (combustível); participação social: itens 16, 22, 23 (igreja, encargos de sociedade funerária e repasses interdomiliares); recreação: itens 18 a 21 (álcool, tabaco, férias, entretenimento e loteria/jogos); economias: itens 24, 25, 27 (*stokvel*, poupança, investimento em negócios).

O apanhado geral na Tabela 3.6 abaixo indica que a tendência nos domicílios é subestimar seus gastos mensais, já que a renda de fato supera os gastos reais.

3.5.5 Crédito

Nas áreas urbanas, em geral pagava-se pela comida em dinheiro vivo. Nas áreas rurais, mais de um quarto dos domicílios de população negra compravam alimento a crédito ou em espécie. Menos de 3% de todos os domicílios compravam comida exclusivamente a crédito (Tabela E9).

3.5.6 Dívidas domiciliares

Foi feita uma sondagem especial acerca das dívidas de cada domicílio. Pouco menos de metade de todos os domicílios declararam dívidas. Dentre todos os domicílios, uma proporção significativamente maior dos rurais de população negra estava endividada (Tabela E10).

As dívidas eram majoritariamente pela compra de mantimentos, vestuário e mobília. Uma proporção substancial dos domicílios também devia dinheiro a micro-emprestadores e à prefeitura por serviços de abastecimento (Tabela E11).

Os domicílios rurais de população negra deviam mais por mantimentos comprados a crédito e por empréstimos tomados a micro-emprestadores. Os domicílios urbanos de população negra faziam crediário em lojas de roupas e móveis, e alguns deviam à prefeitura pelo abastecimento de água e eletricidade. A maioria dos domicílios de população parda endividados havia comprado roupas a crédito ou devia à prefeitura. Os domicílios de população parda também estavam pagando prestações da casa própria e crediários em lojas de móveis.

Tabela 3.6: Estimativas de renda real e gastos reais nos domicílios, por sub-amostra

Renda e gastos médios mensais nos domicílios	NR	NU	PU	Total
Renda real	R965	R1.439	R2.686	R1.743
Gasto real	R894	R1.226	R2.255	R1.493
Gasto médio estimado	R400 – R799	R400 – R799	R1.200 – R1.799	R800 – R1.199

A Tabela E12 mostra as quantias médias devidas por domicílios endividados e as prestações mensais médias. Em ordem aproximada, os domicílios da pesquisa contraíam as maiores dívidas através de empréstimos para a casa própria e outros empréstimos bancários, seguidos de longe por taxas municipais, obras, móveis e utensílios, funerais, contas de telefone e gastos com vestuário.

Os domicílios rurais endividados o estavam, em sua maioria, por conta de móveis, obras, funerais, empréstimos bancários e gastos com educação. Dentre estes, os de população negra deviam as maiores somas, entre R2.000 e R5.000, ao banco e por conta de obras. Grandes somas também eram devidas por núcleos domiciliares urbanos de população negra a micro-emprestadores, a lojas de móveis e roupas, e por conta de gastos com compra de querosene. As dívidas mais elevadas dos núcleos domiciliares da população parda eram com bancos e por conta de empréstimos para aquisição da casa própria, bem como com cartões de crédito. Estas variavam entre R10.000 e R60.000.

A maioria dos núcleos domiciliares rurais de população negra ainda estava pagando suas dívidas na ocasião em que a pesquisa foi feita. A maioria dos núcleos domiciliares de população parda declarou já ter pagado todas as suas dívidas (Tabela E13).

Mais de 70% de todos os domicílios pesquisados declararam ter passado por dificuldades financeiras durante os três últimos anos. Mais domicílios de população negra que de população parda haviam passado por dificuldades financeiras (Tabela E14). Os núcleos domiciliares que passavam por dificuldades financeiras para conseguirem arcar com o pagamento de suas dívidas aumenta

proporcionalmente a partir dos domicílios rurais de população negra, passando pelos urbanos de população negra, chegando finalmente aos domicílios de população parda.

Quando atravessam dificuldades financeiras, os núcleos domiciliares rurais de população negra pedem ajuda aos parentes, buscam o apoio de micro-emprestadores, ou abrem crediário nas lojas locais (Tabela E15). Os núcleos domiciliares urbanos de população negra usam diversas estratégias para resolver seus problemas financeiros. Quase todos os núcleos recorrem a parentes e amigos quando atravessam dificuldades financeiras. Proporções consideráveis deles também buscam trabalho extra, tomam emprestado com agiotas e abrem crediários nas lojas locais. Os núcleos domiciliares de população parda empregam três estratégias principais para ajudar a passar os tempos difíceis: buscam parentes, reduzem o consumo de comida e tentam arranjar trabalho extra. Cabe observar que, nas áreas urbanas, os núcleos domiciliares de população parda reduzem duas vezes mais que os núcleos domiciliares de população negra o consumo de alimentos quando atravessam dificuldades financeiras. Enquanto os núcleos domiciliares urbanos podem substituir alimentos requintados por outros mais básicos, os rurais que subsistem com uma dieta básica não parecem ter essa folga. Menos de 2% dos núcleos domiciliares rurais de população negra declararam reduzir o consumo de alimentos quando passam dificuldades financeiras.

3.6 *Saúde e cuidados*

3.6.1 **Doença em casa**

Estima-se que cerca de 8,3% de todos os residentes nos domicílios pesquisados tenham ficado doentes ou se ferido no mês anterior ao da entrevista. Mais de um em cada cinco núcleos domiciliares de população negra declararam pelo menos um pessoa doente ou ferida no mês anterior (Tabela F). Nos domicílios de população parda, cerca de metade desse número era de gente doente ou ferida. A taxa de doenças nos domicílios urbanos de população negra foi um pouco maior do que nos rurais de população negra. A quantidade média de dias inativos por doença para os domicílios urbanos de população negra: os doentes não conseguiram levar suas atividades normais a termo durante nove dias em média. Os núcleos domiciliares rurais declararam a mais baixa média de dias inativos por doença, aproximadamente seis, ficando no meio os domicílios de população parda, com sete ou oito dias inativos em média.

O resfriado comum e a gripe, e as complicações derivadas dos resfriados, foram de longe as doenças mais relatadas. Dentre outras reclamações comuns, que podem ser recorrentes ou crônicas, encontram-se artrite, hipertensão, complicações cardíacas, diabete e asma. Tais quadros costumam afligir as pessoas mais idosas. Uma minoria de núcleos domiciliares cuidava de residentes com alguma perturbação mental. Somente uma quantidade pequena de núcleos domiciliares declarou doenças comunicáveis como a tuberculose e a catapora.

Os perfis de doença são bastante semelhantes nas três sub-amostras. Todos os domicílios foram afetados por gripe e artrite, sendo este último um quadro que afeta principalmente as pessoas mais idosas. Nos domicílios rurais de população negra, foram mais comumente reportadas a hipertensão, a diabete e a asma. A incidência destas doenças aumenta progressivamente dos domicílios urbanos de população parda, passa pelos de urbanos população parda e chega ao máximo nos rurais de população negra. Os núcleos domiciliares de população parda declararam mais casos de ferimentos e complicações cardíacas (inclusive pacientes de transplante cardíaco, ocasionalmente) do que os demais. Embora os números fossem pequenos, nos domicílios urbanos de população negra havia mais possibilidades de se encontrar um morador com tuberculose, um co-fator de HIV/AIDS.

A maioria dos moradores feridos ou doentes consultava um centro de saúde pública como uma clínica ou um hospital, ou um médico particular. Uma minoria muito pequena dos moradores nos domicílios rurais de população negra consultava um curandeiro tradicional.

Somente 3% dos feridos ou doentes, predominantemente aqueles nos domicílios de população parda, não consultava um profissional da área médica. Na maioria destes casos, a consulta não era considerada necessária. Somente três núcleos domiciliares mencionaram dificuldade como sendo a razão para não buscar um tratamento.

O pagamento médio pelas consultas médicas, incluindo remédios, ficava em torno de R100. Os custos com o atendimento à saúde pareceram maiores nas áreas urbanas que nas rurais. Os domicílios rurais de população negra, onde se relataram as maiores quantidades de pessoas doentes ou feridas, e a maior quantidade de dias inativos, pagaram cinco vezes mais taxas de consultas. Entretanto, os custos com transporte para ter acesso ao tratamento médico foram semelhantes para todos os grupos, em média R22 para todos os domicílios pesquisados contendo pessoas doentes ou feridas.

3.6.2 Responsabilidade com cuidados domiciliares

Foi feita uma sondagem especial acerca dos cuidados dispensados a pessoas cronicamente doentes ou incapazes nos domicílios. Cuidados especiais dispensados em tais circunstâncias representam um serviço que raramente se reconhece nas contas domiciliares em todo o país. Existe uma nova tendência internacional de se coletar informações relativas a tempo, orçamento e aspectos financeiros envolvidos no atendimento prestado pelos próprios membros de um domicílio a fim de que se incluam nas contas nacionais.

Proporções consideráveis dos núcleos domiciliares pesquisados dispensavam cuidados especiais de atendimento à saúde de um residente ou mais, variando desde 30% nos domicílios urbanos de população negra, passando por 41% nos rurais de população negra, chegando a pouco menos de 60% nos domicílios de população parda. A pessoa que necessitava dos cuidados especiais fazia parte em geral da geração mais idosa, na maioria dos casos o/a chefe do núcleo ou sua/seu esposa/o. A tendência nos domicílios urbanos de população negra era dispensar cuidados especiais com a saúde de filhos adultos na geração do meio.

A natureza da doença que afetava alguém no domicílio pode ser considerada uma indicação do grau dos cuidados necessários. Estima-se que até um quarto dos domicílios, mais de população negra que de população parda, cuidavam de pessoas que poderiam precisar de supervisão e atenção extensivas: pessoas com dificuldades mentais, físicas ou visuais, pessoas paralisadas, amputadas ou feridas, ou pessoas que se recuperavam de cirurgia ou de um derrame. Entretanto, a maioria dos núcleos domiciliares cuidava de pessoas que poderiam precisar de cuidados menos intensivos envolvendo dietas especiais ou o cumprimento de tratamentos prescritos. Nesta segunda categoria, incluem-se como exemplos pessoas que sofrem de alguma doença cardíaca, hipertensão, diabete, asma, gota, distúrbios estomacais e tuberculose. Nos domicílios rurais de população negra e parda, cuja média etária era superior à encontrada nos domicílios urbanos de população negra, dispensava-se mais cuidados a pessoas com o segundo tipo de doença, que poderia requerer cuidados mais a longo prazo porém menos intensivo.

O ônus desses cuidados parecia recair principalmente sobre a geração mais idosa, predominantemente o/a chefe da casa ou sua/seu esposa/o, e em poucos casos, sobre algum parente. A proporção de filhas que dispensavam os cuidados aumentava progressivamente da faixa dos 6% nos domicílios rurais de população negra, passando para 11% nos urbanos de população negra, chegando a 19% nos domicílios de população parda. Conforme a área, urbana ou rural, aplicava-se estratégia diferente. Nos domicílios rurais, o ônus dos cuidados parecia ser mais amplamente compartilhado. Em mais de 40% dos domicílios rurais, nenhum residente específico foi declarado responsável pelos cuidados com a saúde do doente crônico ou da pessoa ferida. A maior concentração de cuidados foi encontrada em domicílios urbanos de população negra, onde o ônus desses cuidados recaía quase exclusivamente sobre o/a chefe da casa e sua/seu esposa/o ou parceira/o. Somente em pouquíssimos casos o núcleo

domiciliar recorria à ajuda de pessoas de fora, como vizinhos ou empregados domésticos, para a dispensa desses cuidados.

Foi feita uma análise das necessidades específicas das pessoas com 55 anos de idade ou mais nesses domicílios. Cerca de três em cada dez delas precisavam de cuidados especiais. Cuidados especiais para os membros mais idosos refletem os perfis etários dos domicílios e variam desde 18% nos domicílios urbanos de população negra a 42% nos domicílios de população parda. Dentre os quadros principais a serem tratados encontravam-se a hipertensão, a artrite, os distúrbios cardíacos e asmáticos, e a diabete. A incidência relativamente mais elevada de incapacidade visual ou auditiva dentre os membros mais idosos dos domicílios de população negra pode refletir uma falta de acesso a procedimentos corretivos para tais quadros comuns em sua faixa etária.

Os mais idosos nos domicílios não apenas precisavam de atendimento especial com sua saúde. Mais de um em cada grupo de dez também dispensavam cuidados a outros residentes no mesmo domicílio que necessitavam de cuidados especiais. A relação entre cuidados dispensados ao indivíduo e cuidados que o indivíduo dispensava é de 3 para 1.

3.6.3 Óbitos no domicílio

Os núcleos domiciliares registraram 274 falecimentos nos últimos dois anos, uma média de 0,246 óbitos por domicílio. A incidência de óbitos varia significativamente entre as três sub-amostras: é mais elevada nos domicílios de população negra, aumentando progressivamente a partir dos domicílios rurais de população negra, passando pelos urbanos de população negra, chegando ao máximo nos domicílios de população parda.

Estima-se que esses óbitos ocorram em proporções aproximadamente iguais nas gerações tanto mais idosas quanto médias. É impressionante, entretanto, que a categoria da geração média de filhos e filhas adultos/as responde pelo percentual mais alto e por mais de um terço dos óbitos. Por outro lado, a geração mais nova de netos responde por uma estimativa menor que 10% dos óbitos. Consta que houve somente nove óbitos de menores de 16 anos. A idade média de falecimento foi de aproximadamente 45 anos para todos os domicílios, mas nos domicílios de população parda ela foi cerca de 10 anos mais alta que nos de população negra.

Os 270 óbitos registrados pelos domicílios pesquisados, tendo ocorrido nos últimos três anos e sobre os quais havia informação disponível, foram atribuídos a 28 causas diferentes. Causas naturais e doenças comumente associadas à idade, como câncer, artrite, diabete e infartos cardíacos, conforme relataram os entrevistados, responderam por 40% dos óbitos em todos os domicílios. Causas traumáticas, incluindo envenenamentos, assassinatos, ferimentos à bala ou à faca, queimaduras e ferimentos fatais oriundos de acidentes com veículos e outros, responderam por aproximadamente mais um quarto deles. Cerca de 19% foram atribuídos pelos entrevistados à tuberculose ou à AIDS.

As causas dos falecimentos diferem significativamente nas três sub-amostras. Óbitos oriundos de causas naturais ou doenças primordialmente associadas à idade responderam por mais da metade das ocorrências nos domicílios de população parda e um pouco menos da metade nos domicílios rurais de população negra. Os domicílios urbanos de população negra pareceram ser os mais expostos ao risco de óbitos por trauma. Cerca de 40% dos óbitos nos domicílios urbanos de população negra foram traumáticos. Somente os núcleos domiciliares urbanos de população negra mencionaram ferimentos sofridos em incêndios, presumivelmente incêndios de barracos. A quantidade de menções a homicídios e acidentes com veículos como causas dos falecimentos foi maior dentre os domicílios urbanos de população negra. Nos domicílios rurais de população negra, os óbitos decorrentes da tuberculose e da AIDS ameaçam superar os óbitos devidos a doenças comumente associadas à idade.

Propicia-se uma visão geral das quatro principais causas de falecimentos entre pessoas na faixa dos 16 aos 54 anos de idade e pessoas com 55 anos de idade ou mais. As doenças relacionadas com a idade e,

em grau muito menor, as causas naturais estão entre as principais causas presumidas de óbitos entre os residentes em domicílios de população na faixa etária mais elevada em todas as categorias da pesquisa. Entretanto, os idosos pardos têm duas vezes mais probabilidades de morrer por doenças associadas à idade que os idosos negros. A tuberculose e a AIDS são a maior causa de óbitos entre os residentes mais jovens de domicílios rurais de população negra. Traumas respondem pela maior proporção de óbitos entre os jovens negros e pardos nos domicílios urbanos. Por exemplo, dentre os domicílios urbanos de população negra que foram pesquisados, sete jovens foram assassinados, cinco morreram em decorrência de ferimentos fatais à bala e seis de queimaduras causadas em incêndios ocorridos nos dois anos que antecederam a pesquisa.

3.7 *Percepção da qualidade de vida*

Pediu-se aos entrevistados que fizessem uma avaliação geral da sua qualidade de vida material.

A maioria estava insatisfeita com suas condições de vida (Tabela G). A insatisfação era mais intensa entre os entrevistados negros das áreas rurais com 89% insatisfeitos, seguidos de 69% insatisfeitos negros nas áreas urbanas. Os níveis de satisfação se conformam à hierarquia racial de privilégios criada na era do apartheid. Neste estudo, a satisfação com as condições materiais aumentava progressivamente a partir de 9% nos domicílios rurais de população negra, passando de 12% nos urbanos de população negra, chegando a pouco menos da metade nos domicílios de população parda.

Verifica-se a mesma progressão nas avaliações da situação financeira atual dos núcleos domiciliares. O percentual dos que classificaram sua situação financeira como "ruim" ou "muito ruim" foi de 92% dos domicílios rurais de população negra, 69% dos urbanos de população negra e 18% dos domicílios de população parda. A maioria dos domicílios de população parda classificou sua situação financeira como "mediana" e não "boa".

A maioria dos entrevistados percebia-se financeiramente pior que três anos antes. Entre um quarto e 31% deles percebiam sua situação financeira como igual. Menos de um em cada dez domicílios percebia-se melhor. O número de domicílios que se percebia financeiramente melhor aumenta progressivamente a partir dos domicílios rurais de população negra, passando pelos urbanos de população negra, chegando finalmente aos domicílios de população parda.

Também se pediu aos entrevistados que declarassem os motivos pelos quais percebiam que sua situação financeira havia melhorado ou deteriorado.

A pequena quantidade de domicílios que percebiam ter melhorado de situação atribuíram a melhoria primordialmente a ganhos empregatícios. Dentre outros fatores encontram-se ajuda adicional da família, investimentos e mudanças de estilo de vida. O importante para este estudo é que todos os oito núcleos domiciliares rurais que perceberam uma melhoria em sua situação mencionaram espontaneamente ter sido o acesso ao benefício da pensão a única razão para o seu progresso financeiro. Uma proporção considerável dos domicílios urbanos de população negra também atribuiu seu bem-estar financeiro à pensão.

Os núcleos domiciliares foram quase unânimes ao afirmar que seus percalços financeiros eram causados pela inflação. Principalmente os domicílios urbanos de população negra, dentre outros, também atribuíram a deterioração de sua situação financeira ao desemprego e aos empregos mal remunerados. Em poucos casos, a morte do provedor foi mencionada como sendo a principal causa do declínio financeiro do núcleo domiciliar.

Os níveis de satisfação espelham condições de vida e circunstâncias financeiras objetivas conforme descritas em seções anteriores do relatório. Este padrão reproduz os resultados de outros estudos sobre as tendências na qualidade de vida na África do Sul conduzidos na década de 1980. O legado do

apartheid ainda está evidente nos níveis de vida praticados por diferentes grupos populacionais. A julgar pela avaliação que fazem de sua qualidade de vida, os núcleos domiciliares neste estudo bem como noutros anteriores estavam marcantemente cientes da exclusão social numa sociedade onde a Constituição e a Carta dos Direitos garantem igualdade para todos.

3.8 Perfil dos moradores com 55 anos de idade ou mais

Este estudo visa a situação de pessoas mais idosas. Portanto, foram coletadas informações adicionais de todas as pessoas com mais de 54 anos domiciliadas num mesmo núcleo. Na África do Sul, os homens com 65 anos e as mulheres com 60 fazem jus à pensão não contributiva do estado paga para os idosos, pelo menos em tese, mediante comprovação de renda. Os mais jovens, na faixa dos cinquenta anos, foram incluídos nesta sondagem especial para informar sobre a situação de pessoas perto de atingir a idade oficial de aposentadoria. Foram coletadas informações adicionais de 1.400 pessoas com 55 anos de idade ou mais (Tabela AA).

Foram feitas entrevistas por procuração da pessoa visada em cerca de 10% dos casos apenas, quando o idoso em questão estava frágil demais ou se encontrava física ou mentalmente incapaz de ser entrevistado.

3.8.1 Acesso à pensão para idosos

Pouco mais de 60% dos domiciliados com 55 anos ou mais, baseados em sua percepção, julgavam-se no direito de receber a pensão estatal para idosos. Um percentual pouco menor declarou estar recebendo a pensão, um resultado que confirma a taxa excepcionalmente alta de captação do benefício na África do Sul. A maior propensão a fazer jus ao benefício se dava entre os domiciliados negros em áreas rurais, e sua taxa de captação é a mais alta.

No todo, 828 pessoas se identificaram como pensionistas do benefício para idosos. Um quinto delas já o era havia mais 13 anos. A maioria começara a receber o benefício durante a década de 1990. Um quarto desse total recebeu seu primeiro benefício nos últimos dois anos. A distribuição da data do primeiro recebimento reflete a baixa média de idade dos pensionistas negros domiciliados na área urbana.

A maioria dos pensionistas recebia seu benefício num posto móvel de pagamento. Prédios públicos como escolas, centros cívicos e delegacias de polícia também serve como postos de pagamento da pensão. Na pesquisa, há um excesso de representantes do grupo de negros domiciliados em área urbana dentre os poucos pensionistas que preferiram usar o sistema bancário para ter acesso ao dinheiro de suas pensões. Uns poucos pensionistas domiciliados em área urbana recolhiam os seus benefícios no centro comunitário da Organização Comunitária para o Bem-estar e a Saúde dos Estudantes (SHAWCO) administrado pela Universidade da Cidade do Cabo.

Quase nenhum pensionista está acompanhado quando vai receber o dinheiro da pensão. Ir aos postos de pagamento acompanhados era uma probabilidade maior para os pensionistas urbanos que para os rurais. Menos de 10% dos pensionistas frágeis ou incapazes, principalmente os negros e pardos domiciliados em áreas rurais cuja idade média era mais alta, tinham tomado as providências para que seus benefícios fossem recolhidos em seu nome.

O valor do benefício da pensão para idosos era de R620 na ocasião da pesquisa e quase todos os pensionistas relataram receber este valor.

3.8.2 Acesso à pensão por invalidez

Cerca de um em cada dez domiciliados de mais idade declarou-se (achava-se) no direito de receber uma pensão por invalidez e mais de 7% a recebiam. A taxa de captação era mais baixa nos domicílios de população parda. Metade dos pensionistas por invalidez receberam seu primeiro pagamento mais de dez anos atrás. Pouco menos de 45% eram novos beneficiários que receberam seu primeiro pagamento nos últimos dois anos.

Conforme o caso do benefício por idade, mais de três quartos dos beneficiários da pensão por invalidez recebiam seu dinheiro num posto móvel de pagamento. Uma minoria recebia seu benefício num banco ou no correio. E diversos beneficiários da pensão por invalidez recebiam seu dinheiro no centro comunitário da SHAWCO.

Cerca de 54% dos pensionistas por invalidez, comparados aos 64% dos pensionistas idosos, recebiam suas pensões por conta própria. Um terço era acompanhado ao posto de pagamento e ainda 10% deles tomaram as providências para que recebessem a pensão em seu nome.

As quantias pagas aos pensionistas das três sub-amostras variavam alguma coisa em torno de R600. As quantias médias aumentam progressivamente a partir dos pensionistas da área rural, passando pelos urbanos negros, chegando ao máximo com os pensionistas pardos.

3.8.3 Acesso à pensão dos veteranos

Somente três pessoas, residentes em domicílios de população parda, declararam receber a pensão dos veteranos. A data do primeiro pagamento distava mais de dez anos para os três pensionistas. Todos eles iam acompanhados ao banco ou agência do correio para receber a pensão. A quantia média paga como pensão de veterano estava acima de R2.000, embora haja diferenças individuais. Como a quantia média está acima do repasse estatal, é possível que algumas destas fossem de fato pensões pagas a militares reformados, ou seja, uma pensão do empregador. Por serem apenas três indivíduos no universo de domicílios a receberem a pensão dos veteranos, e os dados serem conseqüentemente muito poucos, estas não foram tabuladas no Apêndice 1.

3.9 Perfil dos pensionistas idosos

Dado que o enfoque do estudo se dá sobre o bem-estar e empoderamento de idosos, foi feita uma sondagem especial sobre as questões de interesse particular para os pensionistas idosos (Tabela AB).

3.9.1 Dificuldades vivenciadas com os pagamentos das pensões

Dos 828 indivíduos domiciliados nos núcleos pesquisados que se identificaram como beneficiários das pensões estatais para idosos, somente uma minoria declarou ter vivido problemas para receber sua pensão. As reclamações mais comuns foram de que a pensão não foi paga no prazo, que os pensionistas perdiam direito a pagamentos passados caso estes tivessem sido interrompidos por qualquer razão e que os funcionários nos postos de pagamento não tinham consideração com os pensionistas, chegando até a ser indelicados. É importante observar, diante da visão popular de que há muita corrupção entre os funcionários do sistema previdenciário, que somente uma pessoa declarou espontaneamente não receber a quantia plena da pensão.

Se a pesquisa tivesse sido feita dois meses depois, certamente haveria mais reclamações por parte dos pensionistas rurais na Província Oriental do Cabo, onde os pagamentos das pensões acabaram de ser terceirizados para empresas privadas. Desacertos iniciais levaram o caos ao sistema de pagamentos, o descontentamento entre os pensionistas e percalços econômicos no caso de falta ou atrasos de pagamento. O novo sistema estava confuso para a maioria dos pensionistas. Os novos encarregados dos pagamentos foram acusados de fazer uma parca divulgação das datas em que estes seriam efetuados e de mudar os postos de pagamento para locais desconhecidos. Por sua vez, as duas

empresas encarregadas de distribuir os benefícios acusaram o departamento do governo responsável pelas pensões de lhes fornecer dados incompletos dos pensionistas. Em lugar de uma agilização do sistema, o que se viu foram filas incontornáveis. Os pensionistas ficaram exaustos e traumatizados enquanto esperavam ansiosamente para receber. Os pagamentos eram sistematicamente recusados se os pensionistas não conseguissem apresentar os documentos certos ou se não estivessem registrados nos computadores do sistema. Os novos encarregados dos pagamentos foram responsabilizados por ferimentos havidos nas filas de espera, e até mesmo por algumas mortes.

3.9.2 Status ocupacional e pensões do empregador

A maioria dos pensionistas que estiveram empregados durante a fase produtiva de suas vidas ocuparam posições dentro da força de trabalho. Os pensionistas pardos apresentavam maiores propensões a terem trabalhado como artesãos ou operários qualificados em fábricas. Menos de 2% de todos os pensionistas foram profissionais.

Cerca de metade dos que foram economicamente ativos durante a fase produtiva de suas vidas recebiam uma pensão do empregador. Esta era mais comumente paga em prestações que à vista.

Uma proporção considerável dos beneficiários das pensões estatais para idosos jamais havia trabalhado. A proporção de pessoas que nunca foram economicamente ativas é menor que 5% dos pensionistas pardos e aumenta progressivamente para 19% dos pensionistas negros urbanos, chegando a 26% dos pensionistas negros rurais.

3.9.3 Repasses entre domicílios

Aproximadamente um quinto dos pensionistas recebia presentes em dinheiro dos filhos que moravam noutros lugares. A proporção de beneficiários aumenta sistematicamente dos domicílios rurais para os urbanos de população negra, chegando aos de população parda.

Uma proporção maior recebia dinheiro dos filhos e depois dava dinheiro para familiares que moravam noutros lugares. Aproximadamente 10% dos pensionistas negros domiciliados em áreas rurais davam dinheiro aos filhos, enquanto 18% recebiam dinheiro. Essa troca era bastante desigual entre os domicílios de população parda onde mais de um quarto do total recebiam dos filhos porém menos de 4% davam dinheiro para familiares morando fora daquele domicílio.

Somente metade dos domicílios nos quais se enviava dinheiro para familiares residentes noutras localidades indicou o uso a que se destinavam os repasses. Nos domicílios rurais, o dinheiro era primordialmente usado para fins educacionais. O dinheiro repassado por domicílios urbanos de população negra e domicílios de população parda contribui principalmente para o custo dos alimentos consumidos por familiares residentes noutras localidades.

O valor dos repasses para familiares residentes noutras localidades varia entre a média de R137 enviados por pensionistas pardos e a média de R213 enviado pelos pensionistas negros residentes em áreas urbanas.

3.9.4 Partilha da pensão dentro dos domicílios

O estudo confirma que partilhar a pensão é prática comum nos domicílios de população negra. A grande maioria de pensionistas negros, entre 71 e 81%, declarou que nenhuma parte das suas pensões era para seu uso pessoal e ainda outros 15-16% declararam que só gastavam consigo mesmos uma pequena parte do dinheiro de suas pensões. Por outro lado, somente 37% dos pensionistas pardos afirmaram não gastar consigo mesmos nenhum dinheiro de toda a renda advinda de suas pensões, enquanto quase um quarto gastavam quase toda essa renda consigo mesmos.

3.9.5 Pensões para capitalizar pequenas empresas

Pouquíssimos pensionistas tinham usado o dinheiro de suas pensões para abrir negócios. Embora os números sejam muito pequenos, mais pensionistas negros que pardos haviam investido o dinheiro de suas pensões num projeto para obter alguma renda.

3.9.6 Pensionistas vítimas de agiotas

Conforme relatado em seções anteriores, proporções substanciais dos domicílios possuíam dívidas. É prática comum dos micro-emprestadores, os agiotas, abordar pensionistas nos postos de pagamento para lhes oferecer empréstimos. Os pensionistas são dignos de crédito por terem uma fonte de renda regular. As taxas de juros dos micro-empréstimos costumam ser muito mais elevadas que as dos empréstimos regulares pois o risco é maior. Entretanto, as prestações de quitação do empréstimo são fáceis e regularmente retiradas dos pensionistas nos dias de pagamento. Os agiotas se recusam a deixar que os pensionistas endividados voltem para casa com o dinheiro da pensão sem pagar o que lhes devem. A pesquisa visava um levantamento de quantos pensionistas haviam se tornado vítimas deles.

Pensionistas das regiões rurais mostraram-se mais vulneráveis aos agiotas. Quase um quarto deles declarou ter tomado um empréstimo a um micro-emprestador ou um agiota. Somente 6% dos pensionistas negros domiciliados em áreas urbanas e 1% dos pensionistas pardos haviam tomado empréstimos assim.

3.9.7 Saúde

A saúde avaliada pelo próprio indivíduo é um bom indicador do bem-estar físico. Os negros mais idosos das regiões rurais avaliavam a própria saúde muito pior que os demais. As avaliações positivas da saúde dos pensionistas aumentam sistematicamente a partir dos domicílios rurais de população negra, passando pelos urbanos, chegando aos níveis mais altos junto aos domicílios de população parda. Cerca de 20% dos negros das regiões rurais classificaram sua saúde como "boa" ou "média". Duas vezes mais, ou cerca de 40% dos negros das regiões urbanas classificaram sua saúde de forma positiva. Duas vezes mais pardos, ou seja, cerca de 80% deles se consideravam saudáveis.

3.9.8 Integração social

Quatro em cada cinco residentes nos domicílios pesquisados pertenciam a um clube ou organização comunitária. As associações mais comuns eram com sociedades funerárias, grupos de igreja e organizações baseadas na comunidade. Uma grande proporção dos negros idosos – duas vezes mais nas regiões rurais que nas urbanas – pertencia a uma organização política. Cerca de um em cada dez idosos domiciliados em regiões urbanas eram associados a um centro de idosos ou aos chamados clubes do almoço que propiciam à população idosa oportunidades para contato social. O percentual de não associados a clubes ou organizações comunitárias aumenta de 10% entre os negros domiciliados nas regiões rurais, passando por 18% dos negros nas regiões urbanas, chegando a 29% dos idosos pardos.

3.9.9 Percepções da segurança física

A grande maioria dos idosos residentes nos domicílios pesquisados percebiam que sua segurança física havia piorado com o passar do tempo. Entre 64 e 87% declararam que se sentiam menos seguros com relação ao crime e à violência do que dois anos antes. Dentre os idosos nos domicílios urbanos de população negra, havia maior propensão a se sentirem vulneráveis.

3.9.10 Perda de oportunidades para o desenvolvimento pessoal

As pessoas de mais idade na pesquisa teriam todas vivenciado discriminação durante o apartheid, o que teria retardado o desenvolvimento pessoal em maior ou menor grau. Diante desse histórico, os entrevistados mais idosos foram convidados a expressarem sua visão sobre a importância relativa de três fatores de aprimoramento da vida, a saber: independência pessoal, educação e igualdade social.

Retrospectivamente, os entrevistados idosos acharam que uma educação melhor e oportunidades iguais teriam feito a maior diferença na sorte de suas vidas. Os entrevistados domiciliados nas regiões rurais colocaram maior ênfase na igualdade social, os entrevistados negros domiciliados nas regiões urbanas destacaram a importância de uma boa educação, e os entrevistados pardos distribuíram seus votos de maneira mais ou menos igual entre todas as três opções.

3.9.11 Participação cívica

Muitos idosos residentes nos domicílios pesquisados desempenhavam um papel ativo nos assuntos comunitários. Numa ordem aproximada de frequência da participação cívica, relataram participar em reuniões comunitárias, erguendo a voz nas preocupações locais, levando reclamações para as autoridades competentes e fazendo campanha para políticos locais. Os pensionistas pardos, que tinham menores propensões a serem sócios de um clube ou organização, eram significativamente menos propensos a terem uma atividade dentro da comunidade que seus equivalentes negros tanto das áreas urbanas quanto das rurais.

3.9.12 Qualidade pessoal de vida

Foi colocado para os mais idosos dentro de cada domicílio pesquisado um item padrão na satisfação geral de vida. Os entrevistados foram convidados a fazer uma avaliação global de suas vidas em termos do grau de satisfação "com a vida que levavam atualmente, no todo". O mesmo item foi usado em estudos de qualidade de vida feitos na África do Sul durante as duas últimas décadas.

A grande maioria dos pensionistas negros estavam insatisfeitos com suas vidas, enquanto uma pequena maioria dos entrevistados pardos indicaram satisfação. A insatisfação aumenta progressivamente a partir de 10% dos pardos, passando por 70% dos negros urbanos, chegando a 88% dos negros domiciliados em regiões rurais. Pelos padrões internacionais, o nível de bem-estar subjetivo para os negros das regiões rurais é excepcionalmente baixo. Os níveis de bem-estar encontrados entre os entrevistados negros das regiões rurais e urbanas pode ser considerado inaceitável numa democracia. A maioria dos cidadãos nos estados democráticos pelo mundo afora classificam sua satisfação com a vida pelo menos num ponto intermediário entre o meio e o extremo positivo de qualquer escala. Conforme foi mencionado antes, os níveis de satisfação medidos neste estudo e noutros anteriores são primordialmente um reflexo das amplas desigualdades materiais na sociedade sul-africana em qualquer lugar e entre quaisquer raças.

3.9.13 As coisas boas da vida

Apesar de expressar um bem-estar subjetivo deprimente, quase todos os entrevistados conseguiram citar alguns aspectos positivos de suas vidas.

Normalmente, os entrevistados mais idosos se referiam à família, ao casamento e ao lar como os aspectos mais apreciados de suas vidas. Concentrando-se nas dimensões pessoais da vida, proporções significativas deles identificaram suas crenças religiosas como um fator positivo. De fato, o casamento e a religiosidade são tidos como contribuintes universais para os sentimentos de bem-estar pessoal na literatura sobre a qualidade de vida. Outros entrevistados apreciavam sua saúde pessoal a própria vida.

Alguns entrevistados mencionaram ganhos obtidos durante a vida ou conquistas pessoais enquanto idosos. Dentre os exemplos, encontram-se terem dado uma boa educação aos filhos, darem bons

conselhos enquanto pais e idosos, e terem conquistado a liberdade e o voto em vida. De mesma forma, um pequeno percentual dos entrevistados mencionou "ser mimado" à medida que envelhecem e se tornam familiares venerados como experiências que valem a pena serem vividas. Destaques em suas vidas e atenções especiais, como um feriado ou um evento raro como um vôo de avião, faziam valer a pena viver a vida para um ou dois entrevistados.

A segurança material e o sustento eram importantes principalmente para os entrevistados domiciliados nas áreas rurais. Vale notar que 41% dos pensionistas nos domicílios rurais de população negra destacavam a pensão como um importante ingrediente da vida boa. Por outro lado, fatores como o desemprego e a agricultura ou a pecuária como fontes de sustento rural perdiam significado e eram mencionados somente por uns 6% dos entrevistados.

Muitos entrevistados domiciliados nas regiões rurais incluíram em suas listas de fatores que aprimoraram a qualidade de vida cotidiana os ganhos na infra-estrutura desde a democracia. A eletricidade e a água pareciam ser as mais apreciadas. Foi feita menção específica ao saneamento e aos vários projetos de reconstrução e desenvolvimento nas áreas rurais. Onde houve citações da própria casa como uma das boas coisas da vida, é possível que a mesma tenha sido obtida através dos subsídios habitacionais concedidos aos núcleos domiciliares pelo Programa de Reconstrução e Desenvolvimento do novo governo democraticamente eleito. Os entrevistados domiciliados nas regiões rurais apresentavam as maiores propensões, dentre todos os grupos, a dizer que "ter um lar" era-lhes algo precioso.

Os entrevistados domiciliados nas regiões rurais diferiram sobremaneira das duas sub-amostras urbanas quanto às percepções que tinham de uma vida boa. Mais freqüentemente que suas contrapartidas urbanas, eles tendiam a destacar a importância da segurança material básica e dos padrões de vida como ingredientes fundamentais de uma vida boa, acima dos domínios centrais do eu, da família, das relações interpessoais e da fé própria. O emprego e, em menor monta, as finanças foram os poucos fatores materiais mencionados por percentuais consideráveis dos entrevistados urbanos negros e pardos em suas listas de ingredientes de uma vida boa.

É impressionante que os entrevistados pardos, que em média vinham de domicílios em melhores condições materiais na pesquisa, mencionavam primordialmente os aspectos centrais da família, as relações interpessoais e o auto-desenvolvimento como as melhores coisas de suas vidas. Somente entre os entrevistados pardos foi que um número significativo de pessoas mencionou seus passatempos e o trabalho de desenvolvimento comunitário como atividades importantes que contribuíam para a sua noção de bem-estar.

4 Discussão

A pesquisa sul-africana gerou um conjunto de dados valiosos que demonstram o impacto da pensão conferida pelo estado aos idosos nos domicílios sul-africanos mais pobres – tanto em termos de alívio da pobreza domiciliar em geral quanto da capacidade e estratégias que esses domicílios mais pobres têm para sobreviver como resultado da renda oriunda da pensão. Além disso, a pesquisa produziu uma vinheta valiosa dos beneficiários da pensão estatal para idosos, tanto para fins de pesquisa quanto de políticas.

Destacam-se abaixo os principais achados do estudo, nestes âmbitos, seguidos de uma breve discussão das dimensões e implicações dos mesmos sobre a pobreza, que têm importância para o debate sobre o programa de pensões e as políticas previdenciárias da África do Sul.

4.1 *Principais achados*

São os seguintes os principais achados da pesquisa no sentido de compreender o impacto que a renda advinda da pensão exerce em termos de aliviar a pobreza nos domicílios pesquisados:

- A maioria dos pensionistas eram mulheres idosas que ocupavam a posição de liderança nos seus núcleos domiciliares. Nos domicílios rurais de população negra, os únicos indivíduos geradores de renda costumavam ser os pensionistas. Cerca de 86% dos domicílios rurais continham um pensionista ou mais, comparados a somente metade dos domicílios urbanos de população negra. Havia em média um pensionista por cada domicílio rural na faixa etária mais elevada.
- A maioria das pessoas de mais idade na pesquisa morava com filhos e netos. Entretanto, uma quantidade significativa de gente nos domicílios pesquisados, entre 5% nas áreas rurais e 8% nas áreas residenciais urbanas de população parda, morava sozinha. Embora o dinheiro da pensão propicie maiores benefícios se consumido por apenas um indivíduo, os mais idosos que moram sozinhos costumam ser mais vulneráveis.
- O estudo confirmou que os domicílios de população negra na faixa etária mais elevada se encontram entre os mais pobres da África do Sul. É evidente que, sem a renda da pensão, esses domicílios não conseguiriam atender nem mesmo às necessidades mais básicas. A estimativa média de renda e gastos em outubro de 2002 foi de R965 e R894 nos domicílios rurais de população negra da faixa etária mais elevada e R1.439 e R1.226 nos domicílios de população negra na faixa etária mais elevada, respectivamente. A estimativa média de renda e gastos nos domicílios urbanos de população parda incluídos na pesquisa foi substancialmente maior, com valores de R2.686 e R2.255, respectivamente.
- A pensão para idosos concorre com os proventos salariais no sentido de ser a fonte de renda mais importante nos domicílios pesquisados, tanto em termos de acesso quanto de volume dos ganhos. Os proventos advindos do salário traziam rendas mais elevadas, em média R1.630, comparados à renda gerada pela pensão paga pelo estado aos idosos, de R620 em outubro de 2002. Entretanto, diante do elevado nível de desemprego, particularmente na Província Oriental do Cabo, os proventos advindos do salário podem se constituir numa fonte de renda menos segura para os domicílios dentro da faixa etária mais elevada.
- Os domicílios rurais de população negra praticamente dependiam da pensão estatal para os idosos e, num grau muito menor, de outros repasses governamentais. Somente 13% dos geradores de renda negros domiciliados em regiões rurais a obtinham com salários, comparados aos 40% dos geradores de renda negros domiciliados em regiões urbanas e 47% dos pardos também domiciliados em regiões urbanas. Os assalariados negros domiciliados em regiões rurais também traziam para casa proventos menores que suas contrapartidas urbanas: em média, R1.006 comparados a R1.630 mensais, respectivamente. Embora os domicílios rurais de população negra usufríssem quatro vezes mais de pensões que de salários, dava-se o oposto nas áreas urbanas onde mais residentes no mesmo domicílio conseguiam encontrar trabalho remunerado. Os domicílios urbanos de população negra ganhavam duas vezes mais com salários que com pensões para idosos, e os domicílios de população parda, quatro vezes mais.
- Argumenta-se às vezes que o benefício trazido pela pensão dos idosos aos pensionistas e seus núcleos domiciliares melhora quando suplementado por outros repasses governamentais e proventos salariais. Teoricamente, considerando-se a média relativamente alta de tamanho dos núcleos domiciliares, os domicílios rurais de população negra dentro da faixa etária mais elevada têm as melhores chances de ver seus integrantes se beneficiarem dos diversos repasses governamentais elaborados para assistir aos domicílios mais pobres. Entretanto, parecem não se beneficiar no grau em que se beneficiam os domicílios urbanos de população negra e os de população parda. Ao se fazer uma distinção tríplice das fontes de renda entre a pensão paga pelo

estado para os idosos, outros benefícios governamentais e os proventos oriundos de salário, os domicílios rurais de população negra têm acesso ao menor número de fontes distintas de renda, cerca de 1,13 por domicílio, das quais 76% são as pensões não contributivas para idosos, 12% são outros repasses governamentais e 11% são salários. Comparando, os domicílios urbanos de população negra têm acesso a uma maior variedade de fontes de renda, cerca de 1,49 fontes distintas por domicílio, que se distribuem mais igualmente entre as diversas fontes. Estima-se que 34% da renda nos domicílios urbanos de população negra dentro da faixa etária mais elevada seja oriunda das pensões pagas aos idosos, 30% seja oriunda de outros repasses governamentais e 36% de salários. Os domicílios de população parda têm 1,4 fontes distintas de renda, excluindo-se a pensões do empregador, sendo 39% oriundas de pensões para idosos, 22% de outros repasses governamentais e 39% de salários.

- Os domicílios rurais são prejudicados pois parecem ter menos acesso a repasses governamentais além da pensão para idosos. Embora a geração dos netos responda por 39% dos integrantes dos domicílios pesquisados de população negra nas áreas rurais, somente 3,5% desses domicílios são atendidos pelo benefício de apoio à criança. Por outro lado, os netos respondem por somente um quarto dos integrantes nos núcleos domiciliares urbanos de população negra, mas quase 18% acessam o benefício de apoio à criança.
- As evidências da pesquisa parecem apoiar a idéia de que os domicílios rurais se formam em torno das pensões. Os domicílios rurais de população negra eram em média os maiores na pesquisa, o que significa que os integrantes mais idosos podiam contar com o apoio material e social dos outros domiciliados. Quase um quarto dos domicílios rurais de população negra abrigavam oito pessoas ou mais. Entretanto, a razão entre dependentes e geradores de renda era maior que noutros domicílios dentro da faixa etária mais elevada.
- A pesquisa destacou a importância de partilhar a pensão e dos repasses inter-domiciliares enquanto estratégias de sobrevivência para os núcleos domiciliares pobres. Cerca de 15% dos domicílios rurais dentro da faixa etária mais elevada declararam receber remessas em espécie ou em víveres de pessoas de fora do seu núcleo domiciliar. Entre 18 e 21% dos pensionistas nos domicílios rurais recebiam dinheiro dos filhos. A grande maioria dos beneficiários negros da pensão do estado disseram reunir a renda de suas pensões à outras rendas domiciliares, ou seja, usavam uma pequena parte do dinheiro consigo mesmos, quando usavam. Assim sendo, as pensões não contributivas aumentam o fluxo de caixa dentro dos domicílios pobres, e também entre eles.
- As descobertas da pesquisa não parecem apoiar a noção de que a pensão para idosos abre oportunidades de empoderamento para os pensionistas e outros residentes em seus domicílios. Poucos são os núcleos domiciliares capazes de economizar ou investir em pequenos negócios ou projetos para a aposentadoria. Menos de 3% dos gastos de um domicílio nas áreas rurais ou urbanas eram investidos em empreendimentos, agricultura ou compra de gado. Os poucos domicílios urbanos de população negra que faziam tais investimentos estavam mais propensos que outros a gastar grandes somas em seus empreendimentos: em média, acima de R1.000 por mês. Menos de 4% dos residentes em domicílios de pensionistas e dentro da faixa etária mais elevada eram autônomos ou empregadores. Em média, somente 2% dos geradores de renda em todos os domicílios pesquisados obtinham sua renda com empregos esporádicos ou com o comércio ambulante ou qualquer trabalho no setor informal. O setor de trabalho informal, em particular, era o que menos aparecia nas desaquehoadas áreas rurais da Província Oriental do Cabo. Entretanto, a julgar pelos gastos domiciliares, especialmente nos domicílios rurais de população negra onde dominava a geração dos netos, as pensões são o que paga pela educação das crianças da casa. Assim, embora não sejam capazes de empoderar a geração mais idosa, as pensões conseguem empoderar a próxima geração.

- Em geral, as pensões propiciam paz de espírito. É impressionante como se disseminou a associação a sociedades funerárias e a grupos de igreja. O pagamento dos encargos das sociedades funerárias e, em menor grau, dos grupos de igreja, se destaca como item regular nas despesas em quantidades acima da média nos domicílios pesquisados. Embora a maioria dos pensionistas negros diga que partilham com a família a maioria da renda advinda de sua pensão, pode-se admitir que pelo menos estes dois itens da despesa domiciliar iriam beneficiar diretamente os mais idosos no domicílio. Por outro lado, tomar as providências para um enterro através de um seguro funerário significa que todo o núcleo domiciliar e a família serão poupados do choque financeiro causado pelos gastos envolvidos quando ocorrer um falecimento.
- Cabe notar que os domicílios de pensionistas têm crédito na praça. Nos domicílios rurais de população negra dentro da faixa etária mais elevada, o gasto unitário mais alto depois da comida é o pagamento de dívidas, prestações e empréstimos. Quando em dificuldades financeiras, os núcleos domiciliares de pensionistas negros pobres indicaram a possibilidade de tomar empréstimos com micro-emprestadores ou abrir crediário na loja local. Obviamente, ter crédito na praça dá mais paz de espírito aos núcleos domiciliares mais pobres.
- Poucos pensionistas declararam problemas para ter acesso à sua pensão. A grande maioria ia desacompanhada receber o dinheiro num posto móvel. O problema mais sério para alguns pensionistas negros na ocasião da pesquisa (outubro de 2002) foi o de não receber no prazo. Menos de 7% dos beneficiários das pensões incluídos na pesquisa acessavam a pensão para idosos através de um banco. Os pensionistas negros domiciliados em áreas urbanas, mais que outros, recebiam sua pensão num banco. Somente 15% dos domicílios rurais de população negra dentro da faixa etária mais elevada contavam com uma conta bancária, em comparação a quase metade dos domicílios de população parda nas áreas urbanas.

4.2 *Dimensões e implicações da pobreza*

As descobertas do estudo sobre domicílios de pensionistas e dentro da faixa etária mais elevada cobrem variados graus de pobreza, fornecendo assim vislumbres incomuns do papel desempenhado pela pensão não contributiva na melhoria do bem-estar dos núcleos domiciliares mais e menos desprivilegiados da África do Sul. A pesquisa alcançou uma faixa ampla de condições de vida em três regiões das províncias mais ricas e mais pobres da África do Sul. Descobriu-se que os 374 domicílios rurais de população negra pesquisados na Província Oriental do Cabo tinham os níveis mais baixos de renda e gastos; os 413 domicílios de população parda na região metropolitana da Cidade do Cabo tinham os níveis mais altos; e os domicílios urbanos de população negra menos estabelecidos na Cidade do Cabo se encontravam no meio. Pode-se observar um gradiente de desvantagens, maior nos domicílios rurais de população negra e menor nos domicílios urbanos de população parda, nos dados de todos os domínios pesquisados nas três sub-amostras. O padrão de gradação fica evidente nos principais achados destacados acima, bem como nas descobertas exemplares sobre os contrastantes níveis de pobreza fornecidos abaixo.

- Representando o padrão de vida mais baixo, a maioria dos domicílios rurais de população negra pesquisados usava a água do rio para beber e não tinha saneamento algum, e quase nove em cada dez habitantes morava nas palhoças rurais tradicionais. Por outro lado, metade tinha acesso a eletricidade conforme a política do novo governo de propiciar este recurso aos pobres. Não obstante, há algumas vantagens financeiras para os domicílios rurais com baixo padrão de vida: os domicílios rurais de população negra gastam menos com aluguel, taxas e transporte em comparação com os domicílios urbanos. Podem lançar mão da agricultura e de ativos na forma de gado em caso de dificuldades financeiras. Cerca de 43 a 45% dos domicílios rurais pesquisados possuía gado e pequenos animais de criação, e 71% criava galinhas. Mais da metade cultivava hortas no valor de metade do benefício de apoio à criança durante a estação de plantio. Somente

os domicílios rurais incluídos na pesquisa declararam ter a opção de vender gado para ajudá-los a superar dificuldades financeiras.

- Entretanto, a maioria das vantagens financeiras associadas ao padrão de vida rural e aos níveis mais baixos de vida tendem a ser sobrepujadas por outros fardos. Os domicílios rurais declararam os maiores gastos proporcionais no pagamento de empréstimos. Os domicílios também tinham menos renda que outros para arcar com as necessidades básicas. Diante de uma taxa de desemprego de 95%, a maioria dos domicílios contavam primordialmente com a renda advinda da pensão paga pelo estado para os idosos. Os entrevistados declararam que a situação financeira domiciliar nos últimos anos sofrera com custo de vida e desemprego crescentes. Dados os baixos padrões de vida e a depressiva situação financeira dos núcleos domiciliares rurais de população negra, não é de surpreender que cerca de nove entre dez residentes estivessem insatisfeitos com a atual situação de vida em seus domicílios e tenham classificado a sua situação financeira como precária. Cerca de 88% dos idosos nesses domicílios estavam insatisfeitos com a vida como um todo.
- Os domicílios urbanos de população parda incluídos na pesquisa representam um setor populacional que parece se beneficiar mais da fórmula previdenciária da África do Sul. Dos três grupos incluídos na pesquisa de forma a abranger o hiato rural-urbano, os domicílios de população parda dentro da faixa etária mais elevada conquistaram os mais altos padrões de vida. Três quartos possuíam casa própria em lotes separados. A esmagadora maioria tinha acesso a água encanada e saneamento, e às conveniências modernas que incluem fogão elétrico, geladeira, televisão e telefone. Pouco menos de um terço possuía automóvel. Tendo uma média de apenas quatro pessoas por unidade domiciliar e uma quantidade menor de filhos e netos dependentes, esses núcleos podiam alcançar mais longe com a renda da pensão. Dentre os domicílios pesquisados, a taxa de desemprego era mais baixa para os de população parda, aproximadamente 66%. Um número significativamente maior de pardos residentes no mesmo domicílio se beneficiava de pensões do empregador cujo valor médio era o dobro do valor da pensão paga pelo estado aos idosos. Os domicílios de população parda estavam em melhores condições que outros para sanar suas dívidas tinham menos probabilidades de enfrentar dificuldades financeiras. Cerca de quatro quintos dos domicílios de população parda localizados nas regiões urbanas imaginavam que cortariam o consumo de alimentos para superar dificuldades financeiras. Embora os domicílios de população parda localizados nas regiões urbanas fossem menores, os gastos com a maioria dos itens era em geral o dobro do que eram nos domicílios rurais de população negra. Os domicílios de população parda nas regiões urbanas apresentavam menores índices de insatisfação com suas condições de vida e sua situação financeira. Os pensionistas pardos tinham quatro vezes mais probabilidades de classificar sua saúde como satisfatória que os pensionistas negros domiciliados nas regiões rurais. Mais da metade estava satisfeita com a vida em geral.
- Os domicílios urbanos de população negra dentro da faixa etária mais elevada saíam-se melhor que suas contrapartidas rurais em muitos aspectos. Entretanto, também eram vulneráveis a cair nas malhas da pobreza. A segurança da posse era precária para 30% dos que habitavam barracos. Um em cada dez domicílios não tinha banheiro, o que representa uma ameaça à saúde nas áreas urbanas de alta densidade populacional. A pesquisa dos gastos regulares por domicílio apontou que o custo de vida é muito maior para os domicílios urbanos que para os rurais de população negra pois naqueles é preciso pagar pelos serviços essenciais. Quase todos os domicílios urbanos de população negra tinham acesso a água encanada nas redondezas e pouco menos que nove em cada dez, apenas, tinham eletricidade em casa. A taxa de desemprego nos domicílios urbanos de população negra, de 78%, encontra-se entre a dos domicílios rurais de população negra e os domicílios urbanos de população parda incluídos na pesquisa.

Portanto, os temas destacados acima apontam que faz sentido se concentrar nos domicílios rurais de população negra, o mais carente de todos os grupos na pesquisa, para avaliar que impacto a pensão não contributiva consegue ter para diminuir a pobreza. Metade dos gastos dos domicílios rurais de

população negra era com alimento. Os gastos com comida ficavam em média entre 39% e 50% dos gastos mensais totais em todos os domicílios incluídos na pesquisa, e entre R907 nos domicílios rurais de população negra chegando a R1.181 nos domicílios urbanos de população parda. Os únicos outros itens que respondiam por mais de 3% dos gastos totais nos domicílios rurais de população negra eram os custos com educação e saúde, combustível e os encargos com a sociedade funerária. A maior economia para os domicílios rurais de população negra em comparação com os domicílios urbanos era com os elementos de sustento básico e utilidades públicas em geral como aluguel, despesas com energia, água e saneamento, e os gastos com transporte. Cerca de 60% dos domicílios rurais de população negra, comparados com apenas 42% dos domicílios urbanos de população negra, tinham dívidas no momento. A dívida mais significativa nos domicílios rurais de população negra era com alimento, seguida de longe pelas dívidas com micro-empréstimos. Mais de um quarto dos domicílios rurais de população negra pagava pela comida mesclando o crédito com o dinheiro vivo. Um quinto dos domicílios rurais de população negra havia enfrentado choques financeiros imprevistos no ano anterior, um percentual pouco mais baixo que suas contrapartidas urbanas. Os gastos com funerais foram o choque financeiro mais comum para todos os domicílios de população negra.

É interessante que mais de 70% dos pensionistas negros domiciliados em áreas rurais declararam receber pensão de um antigo empregador. Este percentual bate com o número de pensionistas que declararam ter um emprego durante a fase produtiva de suas vidas. Deve-se admitir que essas pensões de vínculo empregatício venceram, ou tinham valor inferior devido ao fato de que a maioria dos pensionistas rurais do estado esteve empregada em ocupações elementares. A razão entre a renda das pensões contributivas e a das não contributivas nos domicílios rurais de população negra na ocasião da pesquisa era de 1 para 50.

Os domicílios rurais de população negra não só estavam entre os mais pobres da pesquisa como também dividiam com suas contrapartidas urbanas um fardo semelhante em termos de número de residentes doentes no mês anterior e os custos médios de consultas e transporte. Cabe observar que, mais do que os outros, os núcleos domiciliares rurais de população negra procuravam se consultar com um médico particular. Pesquisas futuras devem sondar as razões que levam os núcleos domiciliares rurais a efetuar esse gasto adicional quando deve haver atendimento médico gratuito para os pobres nas clínicas do governo.

Os domicílios rurais de população negra declararam a maior quantidade de óbitos nos últimos dois anos e também o mais alto número de mortes por AIDS e tuberculose. Os falecidos eram, em sua maioria, integrantes das gerações de filhos e netos adultos. Também recaía sobre os próprios moradores de um mesmo núcleo o fardo do atendimento domiciliar aos doentes, havendo uma proporção substancial de idosos cuidando da saúde de outros residentes do mesmo núcleo domiciliar.

5 Conclusões

As três categorias de domicílios de pensionistas e dentro da faixa etária mais elevada incluídos na pesquisa demonstram a importância da pensão não contributiva paga pelo estado aos idosos enquanto contribuição positiva para a previdência e o bem-estar dos pensionistas e seus núcleos domiciliares. Para muitos domicílios rurais de população negra, a pensão dos idosos é a fonte mais importante de renda. Entretanto, na pesquisa, os domicílios rurais de população negra, que arcam com um fardo muito pesado em termos de prestar atendimento domiciliar a doentes e cuidar de crianças, indicaram que mal conseguem sobreviver com a renda advinda da pensão. O costume de prestar apoio mútuo através de uma partilha das pensões bastante difundida entre os núcleos domiciliares de população negra assegura que os benefícios da pensão sejam amplamente distribuídos. Nos domicílios mais pobres incluídos na pesquisa, a renda da pensão contribuía em conjunto com todas as outras fontes de renda e ajudava a cobrir os custos com educação e saúde, assim contribuindo também com o empoderamento da próxima geração. É claro que a prática de partilhar a pensão tem o efeito de diluir

o benefício direto do repasse para o idoso. É uma ironia que poucos pensionistas negros possam usar a pensão em benefício próprio e sejam forçados pelas circunstâncias a partilhar sua renda para atender às necessidades de sobrevivência de suas famílias. Não obstante, mais de quatro em cada dez pensionistas negros domiciliados nas áreas rurais incluídos neste estudo destacavam a pensão como uma das boas coisas de sua vida. Enquanto os pensionistas negros domiciliados nas regiões rurais se mostravam extremamente gratos pelo benefício da pensão, a idéia que faziam de uma vida boa se limitava à segurança material: segurança alimentar, infra-estrutura básica e necessidades de sobrevivência. Há registros de que intervenções governamentais como o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, que fornecem habitação e eletricidade, tenham facilitado a vida. Entretanto, parece haver pouco espaço para esta sub-população atingir satisfação plena além dos relacionamentos interpessoais e familiares.

Para que se possa melhor imaginar como a pensão não contributiva causa impacto no sentido de aliviar a pobreza, precisamos apenas olhar a situação dos domicílios urbanos de população parda incluídos na pesquisa. No caso dos domicílios de população parda em geral, a renda advinda da pensão não contributiva era suplementada pela renda de uma pensão contributiva e outros repasses governamentais, como o benefício de apoio à criança, bem como pelos proventos obtidos com salários. Suplementando o benefício pago pelo estado com outros repasses governamentais, os domicílios de população parda conseguiram a sair da pobreza abjeta. Existe menos ameaça de gastos inesperados e menos fardos de dívidas a pagar nos domicílios urbanos de população parda que nos domicílios urbanos de população negra, já que muitos destes últimos ainda lutam por se escorar de maneira mais permanente na área urbana. Com relação aos pensionistas rurais mais pobres, os pensionistas pardos estão em melhor situação. Uma quantidade maior de pensionistas pardos se disse em condições de usar o dinheiro da pensão para atender suas próprias necessidades. Em resposta ao item que indagava sobre as coisas boas na vida dos pensionistas, ficou claro que os pensionistas pardos tinham maior capacidade de se engajar em atividades pessoalmente gratificantes e que geram auto-satisfação.

Ao olharmos além da situação atual dos beneficiários de pensões nos domicílios rurais de população negra, é tentador imaginar uma situação futura onde todos os pensionistas sul-africanos estarão em melhores condições de usar a renda de suas pensões para o propósito com que foi originalmente criada. Isso pode ser atingido se os domicílios rurais de população negra, de maneira semelhante aos domicílios de população parda dentro da faixa etária mais elevada incluídos na pesquisa, puderem suplementar a renda básica da pensão com outros repasses governamentais aos quais fazem jus. O benefício da pensão também terá maior impacto e fortalecido pelo acesso à educação gratuita, ao atendimento médico gratuito, e a um abastecimento também gratuito de água e eletricidade – todas as medidas em fase de preparação para melhorar o padrão de vida geral dos sul-africanos. Em suma, os beneficiários da pensão não contributiva, suplementados por outras medidas de redução da pobreza, podem, no futuro, conseguir muitos progressos no sentido de assegurar uma velhice saudável, despreocupada e gratificante para os moradores idosos dos domicílios mais pobres.

Referências

Ardington, E. & Lund, F. 1995. Pensões e desenvolvimento: o sistema de previdência social como trajetória complementar aos programas de reconstrução e desenvolvimento. *Development Southern Africa*, 12(4): 557-577.

Bhorat, H., Leibbrandt, M., Maziya, M., Van der Berg, S. & Woolard, I., 2001. *Fighting Combatendo a pobreza: mercados de trabalho e desigualdade na África do Sul*. Landsdowne, África do Sul: UCT Press.

Departamento de Desenvolvimento Social. 2002. Relatório do Comitê de Pesquisa para um Sistema Abrangente de Previdência Social para a África do Sul: *Transformando o presente – protegendo o futuro (relatório consolidado)*. Pretoria: Gráfica do Governo.

Devey, R. & Møller, V. 2002. Fechando o hiato entre os ricos e os pobres na África do Sul: tendências dos indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida na Pesquisa por Domicílio de Outubro. In: Glatzer, W. (ed.) *Ricos e pobres: disparidades, percepções, concomitâncias*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 105-122.

May, J. (ed.) 1998. *Pobreza e desigualdade na África do Sul*. Durban: Praxis Publishing.

Ministério do Gabinete da Presidência. 1995. *Indicadores de pobreza fundamentais na África do Sul*. Pretoria: Serviço Sul-africano de Comunicação.

Møller, V. & Devey, R. 1995. Famílias sul-africanas negras com idosos: oportunidades e empecilhos. *Southern African Journal of Gerontology*, 4(2): 3-10.

Møller, V. & Devey, R. 2003. Condições de vida e satisfação: tendências entre os idosos pobres da África do Sul. *Development Southern Africa*. (In press.)

Møller, V. & Sotshongaye, A. 1996. “Minha família come esse dinheiro também”: avós zulu partilhando sua pensão e respeitando-se a si próprias. *Southern African Journal of Gerontology*, 5(2): 9-19.

Sagner, A. 1998. O Projeto de Emenda às Leis Previdenciárias de 1944: a política previdenciária para os idosos na África do Sul em perspectiva histórica. 1920-1960. *Southern African Journal of Gerontology*, 7(1): 10-14.

Sagner, A. 2000. O envelhecimento e as políticas sociais na África do Sul: perspectivas históricas com referência particular à Província Oriental do Cabo. *Journal of Southern African Studies*, 26(3): 523-553.

Schlemmer, L. & Møller, 1997. O contorno da sociedade sul-africana e seus desafios. *Social Indicators Research*, 41(1-3): 15-50.

Instituto Sul-africano de Relações Raciais. 2001. *South African Survey 2001/2002*. Joanesburgo.

Unidade Sul-africana de Pesquisa sobre Trabalho & Desenvolvimento (Saldrú). 1994. *Sul-africanos ricos e pobres: estatística domiciliar inicial*. Cidade do Cabo: Universidade da Cidade do Cabo, Faculdade de Economia.

Estatísticas da África do Sul. 2001. *A África do Sul em transição: seleção de descobertas da pesquisa domiciliar de outubro de 1999 e mudanças ocorridas entre 1995 e 1999*. Pretoria.

Van der Berg, S. 1998a. A previdência social sul-africana durante o apartheid e depois. *Development Southern Africa*, 14(4): 481-503.

Van der Berg, S. 1998b. Idade, finanças públicas e previdência social na África do Sul. *Southern African Journal of Gerontology*, 7(1): 3-9.

Wilson, F. & Ramphela, M. 1989. *Arrancando a pobreza pela raiz: o desafio sul-africano*. Cidade do Cabo: David Philip.

Apêndice 1

Tabulações dos dados